

## ATA DA 40ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CADES.

Aos 05/02/2020, sob a Presidência do Senhor Luiz Ricardo Viegas, Secretário Adjunto de SVMA, realizou-se a 40ª reunião Plenária Extraordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte

### PAUTA:

#### EXPEDIENTE

1. Discussão e votação da Ata da 218ª Reunião Plenária Ordinária do CADES;
2. Informes das Câmaras Técnicas e Comissões Especiais de Trabalho (3 min. para cada apresentação).
3. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

#### ORDEM DO DIA

1. Apresentação e deliberação a respeito do **Parecer Técnico nº 005/CADES/2020**, resultado final dos trabalhos realizados pela Câmara Técnica III – Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo que versa sobre o Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) do Empreendimento CENTRO LOGÍSTICO SYSLOG SÃO PAULO do Empreendedor REC LOG SÃO PAULO EMPREENDIMENTOS S/A, pelo Conselheiro Alessandro **Azzoni**, representante da Associação Comercial e presidente da referida Câmara Técnica **(30 min)**.
2. Discussão e Votação da “Proposta das Diretrizes Anuais para utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA”, para o ano de 2020, com apresentação pela Sra. **Marilice Alves Pereira**, Diretora da Divisão de Gestão do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (DGFEMA) da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente **(30 min)**.

3. “A Prestação Municipal de Serviços Ambientais (PMSA) no âmbito das Diretrizes Anuais do FEMA, para o ano 2020”, com apresentação pelo Senhor **Rodrigo Martins dos Santos**, Diretor da Divisão de Patrimônio Ambiental (DPA) da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente **(30 min)**.
4. Apresentação e Deliberação a respeito do Calendário de Reuniões Plenárias Ordinárias do CADES para 2020.
5. Discussão sobre a Lei de Podas, inclusão de pauta por sugestão da Conselheira **Sonia Hamburger**.
6. Discussão sobre a Reativação e participação nos CADES Regionais, inclusão de pauta pela Conselheira **Cristina Palmieri**

**Anexos:**

Ata da 40ª Reunião Plenária Extraordinária do CADES.

**TRANSCRIÇÃO DA 40ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CADES, REALIZADA EM 05 DE FEVEREIRO DE 2020.**

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - ...todas. Antes de nós começarmos a nossa reunião de hoje, eu queria dizer para vocês que atrás das cadeiras sempre vai ter alguém com os microfones sem fio, então desse lado vai estar a Luana e do outro lado vai estar o Jonathan, o staff com os microfones. Na hora das intervenções, vocês levantem as mãos e um deles vai direcionar o microfone para vocês, para não acontecer esse acidente que aconteceu aqui agora, está Ok? Então, bom dia a todos. Muito obrigado e vou passar agora a palavra para o nosso Presidente Ricardo Viegas para começarmos a nossa reunião do dia de hoje.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Bom dia a todas e a todos. Primeiro, eu declaro aberta a 40ª reunião plenária extraordinária e alguns devem estar se perguntando por que não a ordinária que a gente estava prevendo para dia 12, tendo em vista de algumas.... Mas especificamente uma demanda, duas demandas importantes e, portanto, nós estabelecemos esta extraordinária para o dia de hoje. Então, eu declaro aberta essa reunião extraordinária e queria aqui passar a palavra para o Devair para que discorra sobre o expediente.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Bom dia a todos e a todas. Iniciamos a reunião.

Passamos para o primeiro ponto do expediente: discussão e votação da Ata da 218ª plenária ordinária do CADES. Senhores e Senhoras Conselheiros presentes nessa reunião, alguma observação, alguma correção, manifestações a respeito da Ata da 218ª reunião plenária ordinária? Solicitamos para efeito de eventual manifestação a respeito da citada Ata que, quando com a palavra, os Senhores Conselheiros e Conselheiras identifiquem-se. Coloco em votação; alguma manifestação nesse momento? Senhores e Senhores Conselheiros que aprovam a Ata da 218ª reunião plenária ordinária do CADES permaneçam como estão. A Ata está aprovada por unanimidade. Segundo ponto do expediente: informes. No dia 13 de fevereiro do decorrente ano no auditório da UNINOVE Vergueiro em solenidade será dada posse aos Conselheiros e Conselheiras dos Conselhos Gestores dos Parques: do Parque Augusta, Parque Aclimação, Parque Severo Gomes, Parque Chuvisco, Parque Lagunho, Parque Guanambu, Parque Buenos Aires, Parque Tenente Siqueira Campos/Trianon, Prefeito Mario Covas, Parque Independência, Parque Jardim das Perdizes, Parque Linear Bananal Canivete e o Parque Severo Gomes. Devido à limitação do espaço em que será realizada a solenidade, uma vez que a lotação máxima do auditório da UNINOVE é de 150 pessoas, o público-alvo do evento é exclusivo aos Conselheiros e Conselheiras eleitos de cada Parque, bem como as respectivas Comissões Eleitorais. Terceiro ponto do expediente: inclusão de pauta. Nós vamos colocar em votação a indicação de Conselheiro do CADES como suplente tanto da Câmara Técnica da Legislação Urbanística – CTLU, como da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana – CPPU, ambas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, nos termos do inciso II do Art. 4º do Decreto nº 56.268, de 2015. Informamos que o Senhor Conselheiro Alessandro Azzoni já consta como representante titular do CADES na citada Câmara Técnica, em segundo mandato. Solicitamos que os Conselheiros e Conselheiras que tenham interesse em serem suplentes nessa vaga se manifestem nesse momento. E o Senhor Alessandro Azzoni se quiser fazer uma pequena passagem, como está caminhando essa Câmara, seria importante para nós. Muito obrigado.

**Cons. Alessandro Azzoni** – Azzoni. Quer que eu faça posterior ou agora mesmo? A Câmara Técnica de Legislação Urbanística é uma Câmara Técnica ligada à Secretaria de Desenvolvimento Urbanístico e ela tem uma função de requalificar ou aprovar os projetos que estão sendo licenciados na cidade de São Paulo, tanto na questão de enquadramento de zoneamento, autorizações para ver se o empreendimento se enquadra ou até mesmo homologações das aprovações dos relatórios de RIV que passam por aqui.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Na questão da CTLU. (Azzoni - Isso) (*vozes ao fundo*). Acho que foi uma confusão ali do pessoal.

**Cons. Alessandro Azzoni** – A CTLU não tem apresentação. É uma Câmara Técnica composta por técnicos; você tem que ter uma comprovação de conhecimento da matéria ambiental e urbanística. É um corpo técnico muito bem qualificado; nós aprovamos em média, em cada reunião, uma média de quinze projetos. Nós começamos as reuniões geralmente às 9 horas da manhã e terminamos, às vezes, 2 horas da tarde, com apresentação de todos os projetos e aprovação em plenário. É um trabalho que requer realmente dedicação. Me sinto honrado representando nosso CADES e a sociedade civil está representada comigo lá. Obrigado.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** – Vamos agradecer o Alessandro Azzoni por ter falado um pouco sobre essa Câmara importante e existe agora a votação para a suplência do Conselheiro titular Alessandro Azzoni. Os Conselheiros que têm interesse de participar dessa Câmara, por gentileza se manifestem nesse momento para passarmos à votação. Sonia Hamburger, a Jaciara. Então, nós vamos fazer uma votação aqui. Tem mais alguém? Não? Então, os Conselheiros que votam na Sonia Hamburger, por gentileza. Pode ser. Você quer fazer manifestação? É, fazer a campanha. Sempre que houver alguma manifestação vamos usar no microfone.

**Cons. Sonia Hamburger** – Sonia, da Oeste 1 e eu abro mão da minha candidatura a favor da Jaciara.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** – Então, nós não temos votação. Tem mais alguém?

**Cons. Alessandro Azzoni** - Só lembrando que após a votação, o currículo tem que ser mandado justamente para aprovação da Câmara Técnica. Não é tão simples assim. A gente tem que fazer a comprovação da sua experiência - é um rito da CTLU, é mais formal. Então, nós temos que comprovar. Após a sua indicação, a gente precisa do seu currículo e tudo para fazer a indicação.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Quer fazer uso da palavra, Jaciara? Não? Então, a Jaciara vai ser a nossa representante na Câmara Técnica de Legislação e Urbanística. Por gentileza.

**Cons. Célia Marcondes** – Célia Marcondes, da ECÓLEO. Bom dia a todos. Eu só acho que essas pessoas que são indicadas para essas Comissões poderiam dar-nos notícia que acontece por lá porque a gente fica completamente alheio, ou seja, eles respondem por nós, por esse coletivo, mas a gente não sabe o que está acontecendo. Então, dar um retorno, de vez em quando fazer um relatoriozinho e enviar para o coletivo. Obrigada.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Conselheira Sonia Hamburger.

**Cons. Sonia Hamburger** - Eu sou da Câmara Técnica de Pauta e nós colocamos já há bastante tempo, acho que quase um ano, a proposta de que em toda a reunião haja um pequeno relato de todas as Comissões e todos os Conselhos de que o CADES está representado. Isso foi proposto, mas a gente não conseguiu nunca que fosse efetivado. A gente conseguiu algumas vezes que tivesse esse relato, mas não como ponto de pauta, porque eu acho realmente uma necessidade muito importante.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Mais alguma manifestação? A Secretaria Executiva ela vai cobrar, mais uma vez, de todos os representantes das Câmaras e das Comissões especiais. Dentro até disso, daqui a pouco a gente vai falar um pouco, nós fizemos esse material que está na mesa dos Senhores Conselheiros, falando sobre as devidas Câmaras Técnicas e no próximo, nós vamos falar sobre as Comissões Especiais. Então, como foi aprovada a Jaciara Schaffer Rocha, vamos passar, então...Seguimos a reunião extraordinária, com a informação a respeito da distribuição de encartes, que é esses que estão aqui na mão dos Senhores, que contêm a composição atual das Câmaras Técnicas do CADES, de forma que cada Conselheiro e cada Conselheira possa ter conhecimento da Câmara Técnica ativa e inativa, bem como de suas respectivas composições, de forma que possam rever a forma de sua participação em cada Grupo de Trabalho, podendo fazer opção em passar a integrar alguma Câmara ou mesmo declinar de sua atual participação. De tal sorte, solicitamos a todas e a todos os Conselheiros presentes nessa reunião extraordinária que devolvam as fichas de cadastramento devidamente preenchidas ao final da reunião. Funcionária da Coordenação de Gestão de Colegiados, a Luana que está aqui atrás - levanta a mão, Luana, para todo mundo ver - para a gente poder dar uma melhor organização na questão das Câmaras Técnicas. Ainda dentro desse tema, vale lembrar que a Câmara Técnica, segundo o Art. 25 do Regimento Interno do CADES, é composta por Conselheiros do CADES, podendo participar das reuniões, sem direito a voto, técnicos ou representantes de entidades que passar a prestar esclarecimentos sobre assunto submetidos a sua apreciação. No Art. 28, caberá às Câmaras Técnicas e Comissões Especiais, em razão da matéria de sua competência, dar parecer sobre as proposições e demais assuntos a elas distribuídas, promover estudos e pesquisas sobre o assunto de sua competência, acompanhar as atividades dos órgãos públicos e dos particulares relacionados com a matéria de sua especialização, elaborar e apresentar ao plenário as proposições ligadas à sua área de atuação. Importante destacar, com relação à composição da atual Câmara Técnica de RIV, nós não temos a participação de Conselheiros e Conselheiras das demais Secretarias. Então, se faz necessário que nós tenhamos a participação de Conselheiros do Poder Público, mas das outras Secretarias.

**Claudia Maria Cesar (Secretária Executiva)** – Claudia Maria Cesar, Secretária Executiva da Mesa.

Nós só temos na nossa Câmara Técnica de RIV participantes membros da sociedade civil e representantes da Secretaria do Verde. Então, a gente pede, por gentileza, se tiver algum Conselheiro ou Conselheira interessada representante de alguma cadeira do segmento do Poder Público, para que possa vir a integrar essa Câmara e que possam se manifestar agora neste momento.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Alguém do Poder Público, das outras Secretarias que têm interesse em participar nessa Câmara nesse momento?

**Claudia Maria Cesar (Secretária Executiva)** - Na realidade, sempre que tem um volume de processos, em torno de cinco a seis processos de Relatório de Impacto de Vizinhança, nós promovemos uma Câmara Técnica. Então, geralmente ela ocorre uma vez por mês. Em casos em que a gente tem processos de audiência pública e que tem um Parecer Técnico do DAIA/GTANI, também a gente faz uma rodada de Câmara Técnica de RIV para que passe esse empreendimento por análise técnica e análise dos Conselheiros membros, para ver as exigências do CLA, que a seria a Coordenadoria de Licenciamento Ambiental da Secretaria do Verde.

**Cons. Andréa Franklin** - Olha, eu tenho interesse em participar porque eu acho que eu posso contribuir nessa Câmara. A questão é que eu já estou em várias e eu fico com receio de entrar e depois não conseguir, dependendo do volume. Eu posso tentar. Eu me inscrevo e se daqui dois ou três meses estiver pesado, eu aviso.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** – Andréa Franklin. Se no decorrer da reunião mais algum Conselheiro quiser participar.... Tem também esse outro encarte que está com vocês aqui para quem quiser participar de alguma Câmara Técnica ou sair da Câmara Técnica que está participando poder preencher isso e, no final, deixar aqui com a Luana para a gente poder catalogar e na próxima reunião passar para vocês como ficou a composição das Câmaras.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** – Tem aqui uma questão que eu estou destacando que nesses informes das Câmaras Técnicas, além desse documento, tem uma proposta, uma apresentação, abrindo 3 minutos para cada Comissão... relatos sobre as Câmaras. E pelo que eu estou vendo aqui nós temos uma, duas, três, quatro, cinco, seis Câmaras. Com certeza, cada Câmara deve ter alguma informação. Queria saber se nós vamos usar esse tempo. Vou fazer uma chamada aqui. Câmara de Desenvolvimento Industrial e Mineração, inativa desde 2000. Me chamou a atenção. Alguém pode me dizer essa.... É o Azzoni, não, Hélio Figueiredo, não. Não faz mais parte. Câmara Técnica de Obras Viárias, Drenagem e Transporte. Ativa. Então passo o microfone para você.

**Cons. José Ramos de Carvalho** - Bom dia, José Ramos de Carvalho, Associação Paulista de Gestores Ambientais. Está existindo uma prática que ela, além dessa primeira Câmara que é extremamente importante no Município de São Paulo, que é o descarte de inertes na cidade. Recentemente são duas situações extremamente agravantes para a nossa região na Zona Norte. Primeiro está sendo usual alguns proprietários de áreas eles alugarem para esse descarte, esse descarte de inertes. Então, o que que está acontecendo e quem passar na Avenida Presidente Dutra, à direita, do lado do Café Jardim vai encontrar uma nova colina que nós ganhamos lá. Tem praticamente acho que uns 40 m de altura. E olha o que o pessoal faz: aluga o imóvel, faz todo esse descarte, eles realizam todo esse descarte e depois deixa o passivo para o proprietário. Essa é uma discussão que está na sua Subprefeitura Vila Maria dentro do CADES Regional de lá, por conta dos impactos que depois acabam ocorrendo na lateral, como pó, como todas as agravantes ambientais de saúde que a gente acaba ganhando esse grande passivo. E depois nós tivemos uma informação desse mesmo tipo de comportamento na região da Penha. Então, inclusive nessa última discussão que tivemos na Câmara Técnica, um dos profissionais aqui da Secretaria ele até comentou com a gente que tinha feito, realizado uma fiscalização no local. Então, realmente é uma coisa extremamente grave porque o proprietário fica sem condição técnica para poder retirar esse inerte e a Prefeitura também fica atada por conta de todo esse volume. Ah! Está lá no fundo. Acho que ele pode contribuir com essa informação, então é uma coisa que a gente tem que prestar atenção que está acontecendo na cidade, nas nossas regiões aí. É o a minha fala nessa primeira Câmara e a sua importância.

**William (CFA)** - Bom dia a todos, o William da CFA, fiscalização. Quanto ao imóvel da Penha ele já foi embargado, inclusive com a presença do Secretário nosso aqui e do Prefeito. Foi embargado, multado e o pessoal está providenciando a reparação do dano, que é tirar esses inertes. Quanto ao caso da Dutra, houve a fiscalização e de fato, no nosso entendimento, é que o proprietário ele tem que saber para quem que ele está alugando, entendeu? E não tem como a gente multar quem aluga, porque às vezes é empresa fantasma, tem uma série de dificuldades. Então, cabe ao proprietário zelar pelo seu imóvel. Esse caso também vai ser multado, esse da Dutra.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** – Deixa eu só tentar aproveitar para a gente ordenar a nossa linha de encaminhamento da exposição da Câmara Técnica. A ideia é de que faça um relato da Câmara. Esse assunto, eu entendo e é pertinente que ele traga na pauta do Conselho. Serve como uma denúncia. E acho que a denúncia ela tem que ser acatada pelo Conselho para a gente tratar de uma forma até organizada, enfim. Então, queria focar nas Câmaras. Primeiro, com relação a essa inatividade desta Câmara e eu pergunto ao Conselho, esta Câmara ela vai ficar inativa? A Conselheira.

**Cons. Rosa Ramos** - Bom dia a todos. Eu gostaria de colocar aqui o interesse em reativar essa Câmara, até porque essa é uma Comissão existente também na OAB São Paulo, da qual faço parte, uma Comissão extremamente importante. Em São Paulo existe muita atividade nesta área e que eu entendo que o CADES deve, sim, manter a Câmara e me coloco à disposição para compor a Câmara, fazer parte, inclusive substituindo aqui o colega Hélio Figueiredo, que presidia a Câmara, está bom? Obrigado.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Mais alguma observação sobre essa Câmara? Pois não?

**Cons. Dílson Ferreira** – Obrigado, Dílson Ferreira, PNBE. Considerando a dimensão que tem o nosso Município e a quantidade de atividade industrial no Município, eu acho muito importante que a nossa Câmara que cuida dos aspectos industriais e manutenção esteja ativa e sendo eu representante das Pequenas e Médias Indústrias através do PNBE, gostaria muito de poder participar.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Mais alguma observação? A Sonia.

**Cons. Sonia Hamburger** - Sonia, Oeste 1. Eu queria fazer uma pergunta com relação à inatividade dessa Câmara, porque eu imagino que o tenha acontecido é que não tenha projetos relacionados à Câmara, porque eu queria entender a diferença, porque a Câmara de análise de RIV, por exemplo, é uma Câmara muito ativa com relação à sua deliberação, quer dizer, é uma Câmara realmente deliberativa. Ela traz para nós pareceres que são para que nós possamos deliberar sobre os projetos. E as demais Câmaras às vezes têm algum projeto deliberativo, às vezes não. Eu inclusive queria entender essa dinâmica das Câmaras Técnicas e talvez até pensar em defini-las melhor e encaminhá-las melhor. Porque eu fiquei pensando inclusive nessa questão da Lei da Poda, que é uma inclusão de pauta que eu queria fazer, mas em outro momento, mas como que a Lei de Poda passou pela Câmara e não passou CADES? É uma pergunta que eu me fiz. Então, eu acho que essas Câmaras Técnicas são superimportantes para o funcionamento do CADES como Conselho Deliberativo; então, gostaria de ativá-las nesse sentido de estar realmente acompanhando os projetos do Executivo e do Legislativo.

**Cons. Alessandro Azzoni** - Azzoni. Também me proponho a participar, mas eu acho que é o seguinte: nós temos duas situações aqui tanto na Câmara de Desenvolvimento Industrial e Mineral como na de Saneamento Ambiental, na prática a aprovação de projetos ela se enquadram dentro da ... Se você for fazer de saneamento ou dependendo do desenvolvimento industrial, se for uma expansão dentro da lei, acima de 40, acho que agora é até 80 mil metros, ele acaba indo para o RIV. Não passa por essa Câmara, porque a lei estabelece e o Plano Diretor também. Então,



praticamente uma expansão de uma indústria ela passa para o RIV por causa de uma força de lei. O que você se vai discutir em saneamento. Você vai falar de um projeto de drenagem, se drenagem ele vai para a Câmara Técnica de Obras Viárias, Drenagem e Transportes? Essas Câmaras elas acabam sendo inativas pelo que se vai se discutir. Por exemplo, Desenvolvimento Industrial e Mineração precisa ver que pauta vai ser colocada para se discutir. Eu tenho algum projeto de expansão industrial dentro, que pode ser colocado alguma coisa relacionada a uma exposição do PIU. Quando você vai fazer uma área de desenvolvimento urbano que vai afetar uma determinada área, aí, sim, pode ser propositivo ela ser utilizada. Fora isso, ela fica muito conceitual. Mesmo saneamento também é conceitual, porque quem vai definir vai ser a Câmara Técnica de Drenagem, Transporte e Obras Viárias. A aprovação de projetos acaba caindo para outra Câmara, então, tanto de saneamento como essa mineração industrial elas passam a ser conceituais ou participativas de projetos do Executivo ou do Legislativo. Eu acho que nesse caso eu colaboro com a Sonia justamente nessa questão de o que se vai colocar para que também a gente não faça reuniões e sejam totalmente improdutivas e não chegamos a lugar nenhum. Eu acho que ela tem uma força sim, só que nós temos que pensar em que texto que nós vamos trabalhar, em que contexto nós vamos trabalhar. Mas eu me proponho a participar dessa Câmara.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** – Deixa eu só... uma questão até de encaminhamento e a gente... eu estou vendo que, como ela está inativa, exatamente deve ser fruto desta pouca demanda, ou seja, dessa demanda que rotineiramente nas Câmaras Técnicas do CADES, e mais especificamente a do RIV, que é a que mais é ativa em função do papel dela de passar projetos e tal. Mas precisamos ver exatamente qual é a proposta de cada Comissão. O que que é uma Comissão? É só de aprovação? Se é uma Comissão Técnica que faz discussões e eu acho que nesse sentido seria extremamente oportuno que aqueles Conselheiros que entenderem que esta Comissão tem a sua importância e que queiram participar dessa Comissão, acho que seria uma primeira tarefa desse grupo propor para o CADES, através desta Comissão, que forma que poderia ser trabalhada a Comissão. Não é aprovação de projeto, mas pode estar passando outras questões e acho que seria extremamente importante que os Conselheiros que estiverem a fim desta dinâmica, eu acho que podem propor como uma dinâmica da Comissão e que com certeza será acatada pelo Conselho.

**Cons. Dílson Ferreira** – Dílson Ferreira, PNBE. Me chama a atenção o título, o título diz Câmara Técnica de Desenvolvimento Industrial e por desenvolvimento eu entendo que é um olhar no futuro, desenvolver é promover. Então, me parece que seria oportuno, Azzoni, considerarmos a utilização, o uso da Câmara e da participação dos membros como uma oportunidade de promover o desenvolvimento dos aspectos industriais e de mineração, naturalmente dentro dos nossos

princípios de sustentabilidade e a preocupação que temos com todos esses aspectos do meio ambiente, sociais etc.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Eu proponho, então, em função desta inatividade até então da Câmara Técnica e os membros que propõem a dar uma dinâmica diferente nessa Comissão que tragam para o Conselho uma proposta mais específica da operação, ou seja, como é que é a dinâmica da Comissão. Fica aqui a nossa expectativa de que ela não fique... E se tiver que alterar mais alguma coisa, sei lá, uma nomenclatura, porque nós estamos falando.... Ontem, anteontem, o Prefeito lançou o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico da cidade, que tem uma outra dinâmica. Essa agenda ela é ativa na cidade, na Prefeitura. Eu acho que é importante para este grupo, para o Conselho, estar também no mesmo sentido. E pode contribuir muito. A Secretaria, em vários momentos, ela é chamada a participar de várias discussões e, nesse sentido, todas as informações geradas no Conselho, nas Comissões subsidiam muito algumas orientações até para que a Secretaria participe dessa dinâmica da cidade. Olha, o tempo está esgotado. É 3 minutos para cada Câmara, se não nós vamos ficar discutindo. Eu acho a gente já pôs uma tarefa para essa Comissão e eu espero que ela seja concluída. Aí, fica aí o critério dessa Comissão. Vocês agendem, conversem, enfim, tragam para o Conselho a proposta.

**Cons. Sonia Hamburger** - Eu só queria fazer uma observação com relação às Câmaras como um todo. É que eu sou, por exemplo, da Câmara de Saneamento Ambiental e me chamou atenção a fala do Azzoni porque eu acho importante que a Câmara de Saneamento Ambiental pudesse também dar um parecer sobre os projetos que vão cair na de Drenagem e Transporte. Então, eu não sei como que funciona o Regimento para dividir os projetos, mas eu acho que um projeto só pode ser que tenha assuntos e deliberações importantes, estudos importantes, para duas Câmaras. Eu gostaria de sugerir que isso fosse avaliado, que os projetos que vão só para RIV talvez tenham que ir para outras Câmaras para serem avaliados, para que a gente possa ter pareceres mais... que nos dessem maior respaldo para votar.

**Cons. José Ramos** – Ramos, APGAM. A Câmara de Saneamento foi quando nós fomos eleitos para participar do CADES Municipal, nós escolhemos duas Câmaras específicas: Licenciamento e Saneamento. Saneamento está inativo e a importância de saneamento, principalmente para nós que estamos no vale do Rio Cabuçu, é extremamente importante não só no caso de denúncias, mas também de projetos etc. A denúncia anterior que eu realizei, na verdade é uma mineração de reciclagem. Então, ela é extremamente impactante para nós. Não é só uma denúncia, mas também é um comportamento. No caso de saneamento, nós temos invasões de empresas, de transportadoras e que estão alterando o curso do rio. Um projeto absurdamente caro que foi para a cidade de São Paulo envolvendo, no período, o governo Mário Covas. Nós temos o saneamento e

foi a última fala da última Ata, quando o Presidente Ricardo comentou sobre a importância de saneamento e a estrutura que a gente tem que compor dentro desse histórico para a gente em termos técnicos e também sociais. A importância da Câmara é de fundamental importância para nós lá na Zona Norte.

**Cons. Alessandro Azzoni – Azzoni.** Só para uma questão de ordem, seguindo aqui a apresentação das Câmaras, a Câmara Técnica 2 - Obras Viárias, Drenagem e Transporte - é presidida por mim. Nós estamos fazendo... nesse de Drenagem, nós temos dois projetos andando em curso, que é o Córrego Dois Irmãos e o projeto viário do empreendimento Raposo, que é a questão da intervenção no viário ali da Rodovia Raposo. Na Câmara 3 – Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo -, nós tivemos análise do projeto que vai ser apresentado hoje aqui, que é o SYSLOG. A Câmara Técnica de Saneamento ela foi iniciada, mas por uma questão de agenda, acreditamos que ela não teve andamento, mas eu entendo que saneamento não é drenagem. Saneamento ela envolve... dentro do Plano Nacional de Saneamento, ele coloca em seus artigos resíduos sólidos, a questão dos efluentes. Ela é muito mais ampla do que a gente ficar pensando somente em drenagem. E a política de São Paulo em questão de resíduos sólidos avançou tanto que a gente podia chamar essa Câmara justamente para outros quesitos, porque eu não acho que, por exemplo, se fala drenagem, quando você faz o projeto de drenagem, nós temos a SIURB, nós temos outros empreendimentos que estão sendo feitos pela própria Prefeitura e que eles fazem uma análise completa do projeto em si e a nossa Coordenadoria de Licença Ambiental faz o estudo desse projeto e apresenta na Câmara. Acho que essa intervenção dentro das Câmaras Técnicas ela é muito técnica. Acho que o que se discutiria, eu acredito, em saneamento, é as áreas que sejam prioritárias para uma possível intervenção de SIURB ou da própria Prefeitura. É saber as áreas que estão com essas discussões preliminares de uma Câmara. Eu acho que a gente tem muito tema dentro dela que pode ser desenvolvido, principalmente a questão dos resíduos sólidos. Como o próprio Conselheiro falou a questão do... o José Ramos falou em questão dos inertes lançados na cidade. Eu estive na AMLURB, eu vi como que eles fazem o combate. Ele faz uma fiscalização constante, eu acho que está na hora da nossa sociedade civil também ajudar nessa questão das fiscalizações, aonde nós temos nossas próprias Câmaras e ajudar a Prefeitura a identificar esses bandidos que praticamente lançam e tem uma... O crime organizado entrou nessa distribuição de localização de pontos viciados. Cada vez que a Prefeitura consegue combater, eles vão para outro ponto viciado. Então, eu acho que essas discussões, sim, são válidas na Câmara de Saneamento Ambiental... são resumo praticamente... Câmara Técnica de RIV ela é bem atuante por causa da força de lei. Existe uma lei sobre o RIV e está no Plano Diretor. Essa Câmara praticamente analisa todos os projetos, desde helipontos, desde as todas as expansões e reformas que têm dentro da cidade de São Paulo. Nós fizemos dentro desse período, nós fizemos várias aprovações. Isso a gente pode

fazer um resumo, um condensado e passar para vocês, porque toda a aprovação na Câmara gera um relatório CADES que é submetido e publicado no Diário Oficial. Então, a gente pode fazer um compêndio dela e passar para vocês. Obrigado.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Então, o Azzoni fez das três Câmaras, é isso. Das quatro; uma inativa. E a pergunta que eu faço para o Conselho: qual é a proposta com a questão da inatividade?

**Cons. Alessandro Azzoni** - Não, ela está ativa. Tanto que nós montamos, chamamos o Conselho, fizemos a reunião, tanto que teve eleição de Presidente, ela teve uma composição. Ela só não teve andamento de propositura por uma questão de agenda de Conselho, mas ela está ativa. Ela só não teve reuniões para propositivas; ela foi constituída, diferente da Câmara Técnica de Desenvolvimento Industrial, que a última reunião dela foi em 2000. Nós tivemos reunião em 2019, onde foi constituída e eleita até os membros dela. A propositura que eu faço é: eu acho que nós temos que bater muito nessa questão dos resíduos sólidos e efluentes, que acaba batendo as duas áreas, tanto no lançamento de efluentes como a geração de resíduos. Eu acho que esse tema a gente tem que puxar e ajudar o Município na sua propositura.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Aliás, eu queria destacar essa questão do saneamento, até porque a Prefeitura de São Paulo tem um Plano Municipal de Saneamento e isso, com certeza, o Conselho, de uma forma ou de outra... Aliás, a Conselheira participa de parte no FMSAI. Mas tem outras coisas que acontecem na agenda de saneamento na cidade com relação a resíduos, com relação aos investimentos de obras, de efluentes, o que está sendo feito na cidade. Eu entendo e, aí, eu queria corrigir aqui essa inatividade, que parece que não aconteceu, mas eu gostaria que a gente colocasse para funcionar o mais rápido possível. Como tarefa é estudar o Plano Municipal de Saneamento, porque muita gente aqui, da própria Secretaria mesmo, eu acho que os nossos Coordenadores, a Rosélia participa, a Tamires, todos aqui, de uma forma de outra acompanham no dia a dia o Plano Municipal de Saneamento e a Secretaria bastante ativa, até participa do Conselho do FMSAI, participa no contrato com a SABESP. Por isso que esta dinâmica interna e com subsídios para a Secretaria é extremamente importante. A Comissão pode ajudar ou a Câmara Técnica pode ajudar muito a desenvolver os questionamentos, enfim... fica aqui...

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** – Sobre a questão da Câmara Técnica de Saneamento Ambiental, nos dias 14 de agosto e dia 5 de setembro foi chamada reuniões para essa Câmara, só que não está tendo quórum. A gente precisa realmente de um esforço maior aí dos Conselheiros nesse sentido, está Ok?

**Cons. Célia Marcondes** - Célia Marcondes. Essa Câmara de Saneamento interessa à cidade de

São Paulo, interessa a cada um de nós. Nós não cumprimos com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, não temos sequer projeto para isso e me interessa esse assunto, me interessa entrar nessa Câmara e trabalhar efetivamente para esse assunto. A coleta seletiva aqui é insípida, é mínima e chega a ser vergonhoso isso, porque nós poderíamos estar gerando trabalho e renda para milhares de pessoas. Também destinação de resíduos, transporte em relação a isso; portanto, saneamento é de suma importância, é uma das mais importantes Comissões e é triste ver que essa Comissão não está trabalhando nisso, não está em cima disso, não está se impondo. Eu acho que a gente não precisa esperar ser chamada; a gente precisa montar um trabalho e ir atrás para exigir o que precisa ser feito. Então, eu me coloco à disposição para entrar na Câmara e trabalhar.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** – Eu vou reforçar o que o Azzoni falou: já houve várias informações para iniciar essas discussões e, infelizmente, nós não conseguimos sensibilizar os nossos Conselheiros a fazer isso. Eu proponho, até porque nós estamos começando o ano e com bons desafios, que os Conselheiros - eu sei que em alguns momentos a disponibilidade do tempo, enfim - eu acho que é importante ter objetividade nas discussões. E com relação à agenda de saneamento, eu afirmo aos senhores Conselheiros que a cidade tem uma agenda e um Programa Municipal de Saneamento muito consistente e com recursos. Então, assim, é importante que os Senhores conheçam, até para a gente corrigir às vezes até um discurso de desconhecimento. Às vezes, a gente “ah! Não está acontecendo, não”. E a gente não sabe, não tem a informação adequada e correta do que de fato está acontecendo. Acho que a Câmara e aí os Senhores é que darão vida a essa Câmara. O espaço está aberto, o espaço no Conselho está aberto e eu gostaria muito da participação dos Senhores para nos subsidiar, nos propor coisas, enfim, está bom?

**Cons. Delaine Romano** – Delaine Romano, Fórum Leste. O que me chama a atenção aqui, que eu acho que seria importante talvez mesclar essa Câmara Técnica de Mineração, que eu acho superimportante a fala do José Ramos sobre mineração urbana. Queria até, na verdade, agregar o título mineração urbana, e trazer essa mineração urbana para Câmara de Saneamento, porque aí sim nós teríamos uma discussão mais completa, daria amplitude para essa Câmara e trataria esse problema do descarte inadequado na Câmara de Saneamento. Aí seria como mineração urbana, que eu acho que é super atual hoje e dá uma amplitude maior, assim, dá para discutir muita coisa. Ontem mesmo eu estive na Subprefeitura de São Mateus, eles já estão trabalhando essa parte de agregados, reciclados, que acho que seria importante trazeremos até aqui a experiência para que os Conselheiros pudessem conhecer. Então, não sei, eu estou pensando nisso, de mesclar as duas, porque eu tenho muito interesse em participar, mas não tenho como participar de duas Câmaras, é quase impossível.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Bom, mais uma vez eu queria só destacar que a nomenclatura, as sugestões, cabem às Comissões e essa discussão está colocada e os que participarão apresentem a proposta que aí a gente avalia.

**Cons. Ivo Valencio** – Ivo, Parque Savoy City, Leste 1. Bom dia a todos, estive afastado por motivo de saúde, mas deixo eu entrar no foco da questão. (Ricardo - Seja bem-vindo). Obrigado. A Célia falou, faço minhas as palavras dela para a Câmara de Saneamento, como faço também minhas as palavras da Delaine mesmo. Porque, nós trabalhamos no PGIRS, a última conferência do meio ambiente, nós trabalhamos, ela estava lá, um grupo de pessoas que esteve lá na discussão, não se desenvolveu nada ao longo desses sete anos. A proposta do Bruno Covas, nosso Prefeito, de Eco pontos, 100 Eco pontos na cidade, eu estou tentando contribuir com isso, indicando locais da Prefeitura. Ainda hoje vai estar em discussão aqui mesmo em cima dessa pauta. Qual é o olhar que nós temos? É o mitigador para esse resíduo que é jogado nas praças, nas avenidas, nos pontos viciados da cidade. Por isso me interessa, porque a questão da SABESP - eu dou um apenas um exemplo - nós temos Aricanduva, nós temos o Parque Savoy em cima, que é um parque classe média e não tem esgoto. Está sendo implantado o esgoto. O bairro tem trinta anos e não tem uma rede tronco para receber, para acolher o esgoto. Assim está a Leste. Eu falo uma área de classe média, imagina mais no fundão a situação que se vive. Nós tínhamos reunião com a SABESP mensalmente, as lideranças da Leste, acabou isso. E isso foi na época do Serra, época do Kassab, havia essa parceria, essa interlocução que estava acontecendo na cidade. Hoje não temos mais, teria que voltar para que a gente possa indicar e bater, bater, bater para construir, ou melhor, aliviar os conflitos da nossa cidade. Esse é o nosso dever, obrigado.

**Cons. José Ramos** - Bom, eu juro que eu vou finalizar, mas se eu não comentasse isso... (Ricardo Viegas: É a última, hein?) É a última, sem dúvida e eu acho que eu vou conseguir estimular, que a minha profissão original é de vendas e vocês vão ver o quanto é importante essa questão do saneamento. O próprio Secretário, na hora que eu comentei, ele estava ao telefone, mas a nossa Ata última nós fechamos falando de saneamento. O próprio Secretário deu o caminho. Mas olha que interessante. Vocês estão vendo isso aqui? Isso aqui é um processo contra a cidade de Guarulhos. Se vocês quiserem anotar, é só pegar o GEO SAMPA, a divisa de São Paulo com Guarulhos. Vocês vão ver que uma empresa transportadora ela é acolhida pela cidade de Guarulhos e exatamente em cima da empresa a divisa de Guarulhos faz um bracinho dizendo "olha, você está comigo". Só que essa empresa destruiu um projeto do então Governador Mário Covas de quase 280 milhões de dólares. Qual foi há quinze dias a grande reportagem do Senhor Datena? Foi as enchentes da Avenida Benjamim Pereira, no Jaçanã, tudo aquilo. Sabe por quê? Aí eu sempre venho falando com SIURB sobre isso, especialmente o nosso. Enquanto não cuidar do projeto da

curva sobre a Avenida, a Presidente Dutra com Fernão Dias - tudo aquilo -, tudo que se fizer para trás em termos de projeto - piscinão, tudo -, não vai adiantar absolutamente nada e só na Câmara de Saneamento é que a gente tem que colocar esse tipo de comportamento. O Ministério Público está contra o Município, o Ministério Público chamou - do Estado - chamou a discussão para São Paulo, então está dentro dessas histórias todas. A Câmara de Saneamento, a área de Saúde tem que participar. Nós temos LEP, então é importante a área de Saúde, todas essas Câmaras e as Secretarias têm que ter essa visão. Temos recursos, segundo o próprio Ricardo nos informou nessa última reunião, então nós temos que olhar saneamento como se fosse a nossa casa, a nossa porta, porque eu estou a 600 metros do Rio Cabuçu, mas tem grandes famílias, grandes amigos que está a 30 metros do rio. Se vocês não perceberam, um dia vocês podem ir, não sabe o que é tirar uma família com 2 metros de água dentro de casa - é um absurdo. Então, a Câmara de Saneamento - o tempo acabou e nosso tempo lá também terminou. Obrigado.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - O Secretário tinha fechado a fala na última fala aqui, viu Cristina. Será rápido?

**Cons. Cristina Palmieri** - Costume das outras gestões de levantar, né? Cris Palmieri, da UGT. É só uma proposta da gente estudar, reavaliar e na próxima reunião fechar o assunto, porque aí a gente conhece as atribuições de cada Câmara Técnica e vê onde se enquadra melhor, é só isso.

**Cons. Tamires Carla de Oliveira** - Só para seguir, encerrando a questão do saneamento, como estão as Comissões. Tem uma Comissão que eu participo, que é das concessões. Eu não lembro exatamente o nome porque é bem grande. Por conta das coisas do final do ano, a gente parou e deve retomar agora em fevereiro. É que é uma Comissão Especial. Estou seguindo a pauta aqui. É que todo mundo sempre pergunta e a gente provavelmente vai ter que criar uma... por todo o trabalho da Comissão criar uma nova Comissão por conta da nomenclatura. A gente fez uma consulta ao Jurídico para ver se o produto que vai sair dessa Comissão ele é compatível com a proposta dele lá no início e o Jurídico entendeu que não. Então, provavelmente na próxima reunião do CADES a gente vai ter que votar uma nova Comissão, está bom?

**Cons. Sonia Hamburger** - Eu só queria falar da Câmara Técnica de Pauta. A gente tem se reunido com frequência, a gente não se reuniu ainda este ano e como essa reunião foi convocada com urgência, a gente não retomou, mas é uma Câmara que esteve bastante ativa e teve relato todas as reuniões do CADES.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Neste momento, nós vamos à primeira Ordem do dia, que é a apresentação e deliberação a respeito do Parecer Técnico nº 005/CADES/2020, resultado final do trabalho realizado pela Câmara Técnica III: Parcelamento, Uso e Ocupação do

Solo, que versa sobre o Estudo de Impacto Ambiental - EIA-RIMA - do empreendimento Centro Logístico Syslog São Paulo, do empreendedor REC LOG São Paulo Empreendimentos S.A. pelo Senhor Conselheiro Alessandro Azzoni, representante da Associação Comercial e Presidente da referida a Câmara Técnica. Por gentileza.

**Cons. Alessandro Azzoni** - Bom dia.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Houve um erro aqui.

**Cons. Sonia Hamburger** - Sonia, Oeste 1. Eu queria fazer uma inclusão de pauta para o final da reunião, se possível, que eu tenho uma proposta sobre a Lei de Podas, que foi apresentada na Câmara, foi aprovada. Posso considerar no final? Nessa pauta para o final da reunião, na pauta dessa reunião.

**Cons. Cris Palmieri** - Aproveitando, eu quero fazer uma inclusão porque eu tinha entendido a mesma coisa. Como ninguém se pronunciou, eu falei "é agora ou é depois". É também colocar sobre os Cadinhos, participação.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Por gentileza, o Senhor Alessandro Azzoni para a apresentação.

**Cons. Alessandro Azzoni** - Bom dia, Azzoni, Associação Comercial. Como Presidente da Câmara, nós iniciamos esse... quando chegou esse projeto ele chegou primeiramente com a chamada para a audiência pública, todos os Conselheiros foram avisados. Eu estive presente nas audiências públicas tanto... Só para esclarecer, esse empreendimento envolve um estudo tanto de EIA-RIMA como de RIV, mas como o EIA-RIMA é muito mais completo, praticamente ele acaba englobando o RIV. Foi iniciado em setembro de 2019. A audiência pública se deu com a participação popular. Eu estive presente e depois nós entramos para a apresentação. Na primeira reunião teve a apresentação do empreendimento pelo empreendedor e com a equipe técnica e assim finalizado, iniciamos os trabalhos de análise. A Coordenadoria de Licenciamento Ambiental fez as suas exigências, foram cumpridas e foi finalizado com parecer da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental, no qual nós colocamos à apreciação na Câmara Técnica. A Câmara Técnica ela se realizou no dia 29/1, onde nós deliberamos, houve a apresentação do relatório final, do Parecer Técnico, tanto o Parecer Técnico nº 2 do DAIA-GTANI/2020 e o Parecer Técnico 019 do GTAC/2020. Esses dois Pareceres foram fundamentais para as nossas decisões. Com isso, nós fizemos a aprovação na qual houve entendimento de todos os presentes de que estava atendido as exigências e que nós poderíamos deliberar, onde houve votação unânime. Então, esse Parecer nº 5 do CADES trata-se de um Parecer Técnico que englobou dois Pareceres Técnicos - o Parecer



Técnico 02 do DAIA-GTANI/2020 e o Parecer Técnico 19 do GTAC/2020 do Centro Logístico Syslog São Paulo. O empreendedor é o REC LOG São Paulo Empreendimentos. O empreendimento é localizado na Rodovia Anhanguera km 26. Ele está no distrito da Subprefeitura de Perus. Esse empreendimento é centro logístico para armazenamento e distribuição de mercadorias com um terreno de 392 mil metros quadrados, de propriedade da Companhia de Jesus Jesuítas, que outorgou à REC LOG São Paulo Empreendimentos S.A. todos os direitos para representá-los junto à Municipalidade para que fosse feita a aprovação. Aqui eu coloquei o mapa justamente para a gente poder ter uma localização de onde o empreendimento está localizado. Essa é a área que foi analisada. Ele é um empreendimento localizado bem na Rodovia Anhanguera. Do outro lado, nós temos o Parque Anhanguera. O terreno ele tem dois zoneamentos: uma Zona de Proteção e Desenvolvimento Sustentável, na qual será mantida. Essa área será preservada. Na Zona Predominantemente Industrial será feita toda a compensação ambiental, conforme a Secretaria e os órgãos ambientais solicitaram, tanto na parte de CETESB como uma parte da nossa própria Secretaria. Só para entender, essa parte aqui fica sendo o empreendimento que seria analisado por RIV e aqui seria onde seria instalado o empreendimento. Essa parte aqui dos Jesuítas é onde vai ser feito uma obra onde os Jesuítas hoje já fazem um atendimento para a população local e como contrapartida, o empreendedor vai reformar e vai entregar um centro mais bem qualificado, com sistema de quadra, salas de aula, tudo para que essa população local seja atendida e os Jesuítas consigam fazer um atendimento ampliado. O empreendimento, então, contempla a implantação de uma edificação principal que ficava naquela parte que eu mostrei lateralmente - ficaria aqui -, armazenamento de produtos não perigosos que serão definidos as tratativas comerciais, edificações de apoio, tais como portaria, restaurante, vestiário, escritórios, infraestrutura de apoio tais como unidades de vias internas de acesso e bolsão de estacionamento de caminhões, carretas, veículos utilizados para passeio e motos e bicicletas, além, também, está prevista a construção de uma sede de um grêmio. O grêmio ficaria instalado aqui. O grêmio é para os funcionários e atender a demanda das atividades sociais que aconteciam nos antigos edifícios do terreno: o Centro Santa Fé, com áreas de lazer, campo de futebol, quadra poliesportiva e áreas de convívio. Essa parte da construção aqui seria a parte do Centro Logístico e aqui a parte do Instituto Santa Fé. Essa é uma área total do empreendimento, vendo que essa outra parte será totalmente mantida, que é a área de preservação. Nós estamos falando de um terreno de 390 mil metros quadrados onde serão reutilizados 68 mil metros quadrados para o galpão e 4.500 para o grêmio. Aqui temos 4 mil e aqui nós temos praticamente 68 mil, ou seja, do terreno inteiro está sendo pretendida o uso de 25% do terreno. Aqui é uma foto só para ilustrar as nossas reuniões. Essa era a Câmara que nós fizemos de drenagem, mas só para ilustrar como são nossas reuniões. Nosso Parecer Técnico foi aprovado, houve o deferimento do projeto todo por unanimidade, atendido praticamente todas as nossas

expectativas, desde que o empreendedor deverá atender quando da solicitação da Licença Ambiental de Instalação, a LAI, as seguintes exigências. Eu vou ler todas só para vocês ficarem registradas e vocês terem ciência delas. Apresentar o projeto executivo do empreendimento proposto; apresentar a manifestação da concessionária de rodovia Autoban CCR Autoban em relação ao empreendimento proposto; detalhar as adequações de áreas previstas nas vias existentes do entorno do empreendimento necessárias para melhoria da acessibilidade de veículos e pedestres; apresentar o plano de ataque das obras, que deverá ser composto por um mapa contendo a localização do empreendimento, a sequência de execução das atividades e a descrição das intervenções previstas. Inclui o registro fotográfico que demonstre as etapas já executadas. Apresentar a anuência de DAEE quanto à travessia do emissário de esgoto pelo Córrego Santa Fé; apresentar a Licença de Instalação - LI - e de Operação - LO - da estação compacta de tratamento de esgoto emitida por CETESB; apresentar manifestação de DAEE em relação ao desague das águas pluviais no empreendimento Córrego Santa Fé; apresentar manifestação da concessionária das redes de infraestrutura urbana ENEL, COMGÁS, entre outras; apresentar manifestação de DAEE quanto aos procedimentos a serem adotados para tamponamento dos postes existentes na área do empreendimento; apresentar o procedimento indicados da CETESB para a desativação do tanque de diesel existente na área do empreendimento. No caso de não desativação, informar a sua autorização. Apresentar análise de risco geotécnico em função do volume de movimento de terra, corte e aterro a ser executado na área do empreendimento; apresentar o projeto de drenagem provisória a ser implantado durante a fase de execução do empreendimento; apresentar a manifestação conclusiva de DCRA quanto à supressão de fragmentos de vegetação nativa inserido em área de patrimônio ambiental; apresentar o Termo de Compromisso Ambiental - TCA - emitido pela Prefeitura do Município de São Paulo, contendo anuência ao corte das árvores isoladas e respectiva compensação ambiental; apresentar a anuência da Prefeitura à suspensão de fragmento de vegetação nativa inserido em área de patrimônio ambiental; apresentar manifestação DGUC/CGPABI, explicitando a viabilidade da aplicação dos recursos proveniente da Lei do SNUC no parque. Desculpa, aqui foi só o enquadramento que na hora (áudio dá um salto) que o Parque Anhanguera em suas intervenções a serem realizadas. Caso não seja viável a aplicação do Parque Anhanguera, deverá ser apontada uma outra Unidade de Conservação apta a receber os recursos e as respectivas intervenções a serem realizadas; apresentar o valor de referência atualizado ao empreendimento e o cálculo do respectivo valor de compensação ambiental por impactos não mitigáveis, em atendimento ao art. 36 da Lei federal no 9.985/2000 – que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, acrescidos dos Decretos 4.340 de 2002 e 6.848 de 2009; apresentar o relatório sintético da destinação do material lenhoso para o período da obra contemplado no relatório. Os equipamentos sociais mais próximos ao empreendimento devem ter especial atenção

a serem contemplados quando o desenvolvimento do programa de comunicação social e programas ligados ao controle de obras; apresentar a manifestação atualizada do CONDEPHAAT com relação ao empreendimento em área tombada do Parque Anhanguera; apresentar planta com o projeto final, indicando o acesso e o percurso de pedestres e de veículos ao grêmio/Centro Santa Fé e ao Centro Logístico; apresentar cópia do certificado de acessibilidade junto à SEL/SEGUR ou apresentar manifestação favorável/anuência de SMPED e CPA quanto à aprovação de adaptações a segurança e acessibilidade com atendimento às respectivas normas técnicas. Tendo em vista que as atividades realizadas do Centro Santa Fé possuem uma importante função social para a comunidade no entorno, o empreendedor deverá apresentar um relatório demonstrando o andamento desse projeto no espaço provisório. O empreendedor deverá atender - desculpa, continuando - apresentar o plano básico, o PBA, contendo um detalhamento de todos os programas ambientais previstos para o empreendimento. Seguem os programas: Programa de Controle Ambiental de Obras: Subprograma de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos; Subprograma de Monitoramento da Qualidade do Ar; Subprograma de Monitoramento de Ruídos e Vibrações; Subprograma de Áreas Contaminadas; Subprograma de Prevenção e Controle de Erosão e do Assoreamento; Subprograma de Segurança e Saúde do Trabalhador. Apresentar - continuando alguns programas - Programa de Controle de Ruídos e Vibrações; Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar; Programa de Monitoramento Geotécnico; Programa de Controle de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos; Programa de Comunicação Social; Programa de Educação Ambiental; Programa do Manejo Arbóreo; Programa de Resgate e Afugentamento da Fauna Silvestre; Programa de Controle da Dispersão e Proliferação da Fauna Sinantrópica; Programa de Contingência; Programa de Interrupção das Obras. Dentro dos programas, foram finalizados e apresentar agenda ambiental criada para o empreendimento, informando as ações sustentáveis previstas para a fase de instalação e operação do empreendimento. Esse foi o nosso Parecer, o Parecer 005/CADES/2020, no qual foram presentes os Conselheiros da Câmara Técnica, na qual teve votação unânime pelo deferimento do projeto.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Após a apresentação do nosso Parecer Técnico 005/CADES/2020, abrimos a fala aos Conselhos e Conselheiras para as devidas manifestações e considerações. Primeiro vai ser a Rosélia, depois a Andréa, a Rosa e o José Ramos. Vamos conversar nesse primeiro bloco de falas. Por favor, Rosélia.

**Cons. Rosélia Ikeda** - Bom dia, Rosélia. Sou Coordenadora de Planejamento Ambiental da Secretaria do Verde. Eu gostaria de fazer uma sugestão de inserção de uma nota no item 24, porque, vamos dizer, esse é o primeiro empreendimento desse porte que ele está sendo aprovado dentro de um corredor ecológico que foi instituído pelo Plano Municipal da Mata Atlântica. E também

esses corredores ecológicos eles estão sendo também citados no Plano Municipal de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais. Tanto ele pode ter um ônus como ele pode ter um bônus, porque o Plano de Pagamento Serviços Ambientais podem ser direcionados editais para pagamento nesses corredores ecológicos também. Eu gostaria, que eu já tinha até falado na Câmara, mas nessa última eu não pude participar, nessa última reunião, a minha sugestão seria que quando diz "apresentar o Plano Básico Ambiental", no final colocar da frase "considerando, entre outras, que o empreendimento se insere no corredor ecológico instituído pelo Plano Municipal da Mata Atlântica". Essa é a minha sugestão.

**Cons. Alessandro Azzoni** - Só respondendo, Rosélia, esse questionamento que você fez na Câmara Técnica foi analisado pelos técnicos. Eles fizeram a sobreposição sobre o corredor ecológico; a área está fora do corredor ecológico. A Coordenadoria fez a sobreposição conforme sua solicitação e não está inserida, por isso que nós não colocamos.

**Cons. Rosélia Ikeda** – Então, desculpa.

**Cons. Andréa Franklin** - Andréa, SIURB. Eu queria só ouvir um pouquinho do Azzoni e talvez do Juliano se foi pensado - é claro que deve ter sido pensado, mas como não tem nenhum item falando sobre fluxos e mobilidade das pessoas e do trânsito e transportes que vai ter no entorno - estou pensando se esse centro vai levar muitas pessoas a trabalhar lá e o entorno dele nas ruas, se foi pensado isso, se não tem um grande impacto, não precisaria ter nenhuma linha mensurada nos programas relacionado.... Não digo um Parecer da SMT, mas uma análise no entorno das ruas de como se chega, tanto pessoas quanto carros, como que foi pensado isso. Eu senti um pouco falta desse item em algum dos programas. Ele pode até estar subentendido dentro do geral, mas não sei se é o caso de explicitar aqui. Deveria ter um estudo no Executivo, se já não foi pensado, como essas pessoas chegam, se o número é grande, se é relevante, porque cada vez que tem um polo gerador de tráfego, ele é usado... a SPTrans pode fazer um estudo de eventualmente aumentar demanda de ônibus, estar reestruturando pontos no entorno. Então se isso foi levado em consideração.

**Cons. Alessandro Azzoni** - Andréa, respondendo a sua pergunta, o item 2 "apresentar manifestação da concessionária da Rodovia Autoban em relação ao empreendimento proposto". Envolve, e o 3 "detalhar as adequações viárias previstas nas vias existentes no entorno do empreendimento necessária para a melhoria da acessibilidade de veículos e pedestres". Já está incluso, já. E tem o Parecer de SMT também sobre o polo gerador de tráfego também, tem as diretrizes.... Tem as diretrizes que foram atendidas também.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Está na página 12, né?

**Cons. Juliano Formigoni** - Juliano Formigoni, CLA. Esses aspectos foram avaliados dentro da análise do EIA-RIMA. Está dentro do parecer do GTANI.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - O parecer de GTANI, ele tem uma cópia na mesa de cada um dos Conselheiros, está? Existem cópias de todos os documentos que estão sendo discutidos pelos Senhores Conselheiros. Eu peço para dar uma olhadinha no material que está na mesa e eu passo a palavra para a Rosa neste momento.

**Cons. Rosa Ramos** - Rosa, da OAB. Primeiro parabenizar pelo trabalho da Câmara. Considero o relatório bastante completo e esclarecedor; no entanto, só ressaltando o que foi colocado pela Rosália, é talvez o primeiro empreendimento de um porte desta natureza e com tantas exigências que deverão ser cumpridas antes da LI. Nesse sentido, eu queria encaminhar para o Conselho... Primeiro eu gostaria que o Azzoni colocasse como é que agora é o procedimento. Provavelmente isso não retorne para nenhuma análise nem da Câmara e nem do CADES.

**Cons. Alessandro Azzoni** - Não, agora é direto com o Licenciamento Ambiental. Eles têm que cumprir as exigências em LAI e agora é direto por ali. O que nós podemos pedir é que seja feito um encaminhamento para cá para ver como está andando o procedimento.

**Cons. Rosa Ramos** - Isso que eu queria encaminhar para a Presidência no sentido de exatamente pelo tamanho do empreendimento, até por ser um aprendizado acho que para o Conselho nesse sentido, que antes da emissão da LI fosse dado ciência ao Conselho do cumprimento de todas essas exigências.

**Cons. Alessandro Azzoni** - Só uma colocação. Em questão de legislação, a gente não tem essa autonomia. O que pode ser colocado é a apresentação da concessão da LAI, mas o Conselho não tem essa deliberação de você limitar uma concessão de LAI.

**Cons. Rosa Ramos** - Não foi isso o que eu disse, eu não disse para limitar. Eu disse para informar, porque eu acho que é um grande aprendizado para o Conselho que essas questões todas venham para cá ou antes ou até depois, até porque se deliberado pelo Conselho ele passa ter a autonomia para isso.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Eu peço aos Conselheiros para a gente usar o microfone para a gente poder entender o que está acontecendo aí. O próximo Conselheiro....

**Cons. Andréa Franklin** - Não, eu estou tentando entender aqui para poder colaborar. Na verdade, eu entendo a preocupação. Eles pontuaram as exigências e uma vez aprovado o parecer, a gente gostaria, pela tua fala, Rosa, que fosse dada a devolutiva. O que que o processo de licenciamento

Já prevê? Tudo isso sai estabelecido em uma licença prévia, que é avaliado esse atendimento pelo órgão licenciador que é o CLA, então o que se achar necessário de tempos em tempos.... É que a gente tem muitos empreendimentos. Se todos a gente for tentar acompanhar o cumprimento da LP a gente talvez não tenha esse tempo, mas eu acho que o momento de discutir qualquer coisa e pedir para inserir é este, mas quando já está colocado na licença, eu pelo menos, que tenho um pouco de experiência em licenciamento, me sinto mais tranquila, porque tem um órgão que olha esse atendimento e cobra o empreendedor se ele eventualmente não ele não executa. Esse é o papel da Secretaria: de cobrar via relatórios que são solicitados. Não impede que a sociedade civil cobre também, que a gente cobre também, mas o papel de cobrar já é deles.

**Cons. Alessandro Azzoni** - Exatamente isso. As exigências estão sendo propostas pelo CLA e tanto pela nossa Câmara Técnica e elas vão ficar condicionadas em LAP para concessão de LAI.

**Cons. Rosa Ramos** - Eu mantenho o encaminhamento, até porque tem inúmeras exigências que não dependem do órgão municipal. São várias exigências aqui do órgão estadual pela CETESB e eu acho que isso vale a pena que o Conselho seja informado do andamento dessa LI. É esse encaminhamento que eu faço.

**Cons. Andréa Franklin** - Só esclarecendo também. Mesmo que essas exigências sejam de diversos órgãos, ainda que seja estadual, elas são relacionadas na licença e é obrigação de órgão licenciador zelar pelo cumprimento de todas elas. Se tem anuência de DAEE, CETESB, áreas contaminadas, área verde, parques estaduais, todas essas devolutivas têm que vir no relatório de acompanhamento da licença. Eu não sei se aqui está sendo pedido semestral, anual, mas essas informações têm que compor um relatório que vem para a Secretaria do Verde e ele é um documento público. A gente pode pedir para ver esse relatório de tempos em tempos. Falar: "olha, quero ver o primeiro relatório". Está tudo lá. Se não cumpriu, está lá, se cumpriu, está lá. E de tempos em tempos o Verde também devolve Comunique-se e Pareceres cobrando esse material. Só para ficar claro, dividir com...

**Cons. Alessandro Azzoni** - Só para colaborar com o que a Andréa está falando, o Juliano é o Diretor de CLA. Justamente ele pode... é o básico dentro do Departamento dele fazer o acompanhamento. Me sinto muito seguro nesse sentido.

**Cons. Walter Pires** - Walter Pires, Secretaria Municipal de Cultura. São só dois esclarecimentos. Pela foto, é perceptível que existem ações de um certo porte no terreno. Serão demolidas e a destinação desse material de demolição está incluído no plano de ataque de obras.

**Cons. Alessandro Azzoni** - Ele tem que informar dentro do relatório, ele tem que informar onde

vai ser disposto esses resíduos com as suas certificações.

**Cons. Walter Pires** - E há uma referência também a uma consulta ao CONDEPHAAT, ao órgão de patrimônio acerca de uma.

**Cons. Alessandro Azzoni** - Na verdade, tem como voltar aquela foto onde tem o empreendimento? Na verdade, quando deram entrada no empreendimento não existia o tombamento desta área aqui. Não existia o tombamento. Na fase de análise do empreendimento houve o tombamento, mas não foi colocado envoltória. Então ele não interfere; mas, mesmo assim, vai vir a manifestação de CONDEPHAAT, porque eles não impuseram envoltória porque se eles colocassem envoltória não poderia ter qualquer manutenção na via, na própria Autoban não poderia ser feita nenhuma manutenção, nenhuma obra se não passasse pelo CONDEPHAAT. Eles fizeram o tombamento somente na área do parque.

**Cons. Walter Pires** - No limite do parque. Obrigado.

**Cons. José Ramos** - José Ramos, Associação Paulista de Gestores Ambientais. Na verdade, esse empreendimento e a Comissão, a Câmara montada está de parabéns porque é um trabalho árduo e a gente detalhou tudo o que era possível. No nosso caso específico na Zona Norte, nós temos uma população que é junto a Dutra e Fernão Dias e todas as transportadoras em termos logísticos se estabelecem nessa região. Nós temos um terminal de cargas oficial do Município e também temos um terminal marginal. Esses volumes - e aí fica a fala da Doutora Rosa, que é um grande aprendizado para nós, visto que o projeto, eu avalio, avaliamos todos nós por lá, que é o único projeto que de fato vem se preocupando com todos esses quesitos, que não aconteceu em outros projetos. Um deles é a Brinquedos Estrela, que o CADES Vila Maria nós conseguimos embargar a obra que está parada já há quatro anos por conta de algumas coisas que acontecem no entorno que é de alta gravidade. Nesse aprendizado inclusive que a Doutora Rosa comenta, a qualidade do ar, nós temos ali na foto o bairro Santa Fé ele é praticamente colado com o empreendimento. Qual é a troca de temperatura desse enorme espaço de asfalto que vai abrigar contêineres, caminhões etc. As temperaturas vão subir altas nesse espaço. A poluição que vai resultar em termos de agressividade a crianças e idosos e esse vento lateral. A participação da Secretaria de Saúde é de fundamental importância, que é o que acontece com a gente lá. A maioria dos idosos sofrem de AVC, as crianças nossas, em toda sua maioria, têm dificuldades respiratórias. Esse monitoramento que vai ser feito, esse subprograma, a gente tem que ter uma atenção absoluta sobre isso porque envolvendo não só a questão de CETESB e também o Município - eu até estava registrando aqui o nome do nosso parceiro, que é o biólogo Alexandre Martinelli - que esse monitoramento ele é simples de fazer, faz com uma planta chamada a tradescântia, que a própria Faculdade de Medicina

de São Paulo nós fizemos essa mesma pesquisa lá e colocamos na nossa região. Então, tudo isso, não estou falando ainda que a Andréa da SIURB comentou, que aí é fundamental: que é a relação das nossas crianças e adolescentes com esse motorista, que é a prostituição infantil. Isso é relevante e de grande importância e que pode ser para nós um começo interessante, tecnicamente viável junto nessa parceria com a SYSLOG. Parabéns aí para todos nós.

**Cons. Sonia Hamburger** - Sonia, Centro-Oeste 1. Eu tenho uma pergunta: se tem poços - são vários poços pelo que eu vi.... Tem nascente também?

**Cons. Juliano Formigoni** - Juliano, CLA. Não tem nenhuma nascente. Esses poços que têm lá são poços semi-artesianos ou artesianos. O empreendedor quer desativar porque ele não pretende utilizar. Por isso que ele está pedindo para o DAEE para tamponar de acordo com as normas vigentes. Nascente na área, não tem nenhuma nascente, a não ser o córrego.

**Cons. Sonia Hamburger** - Pelo que eu estou entendendo, esse Parecer é da Câmara Técnica de Parcelamento e Uso do Solo, não é da Câmara Técnica de RIV, de EIA-RIMA. Haveria um Parecer também dessa Câmara Técnica ou esse Parecer está juntando as duas?

**Cons. Alessandro Azzoni** - Não, é o Parecer... O EIA-RIMA ele é superior, ele já faz a análise do empreendimento como um todo. Tanto ele faz do Centro São Francisco como do próprio empreendimento, do SYSLOG que vai ser implantado. Não teria como ter lógica de você fazer duas equipes de técnicos analisando o mesmo projeto para dar o mesmo Parecer. Na verdade, o EIA-RIMA ele é superior, então ele acaba fazendo o licenciamento pela obra como um todo.

**Cons. Juliano Formigoni** - Existe a PA do RIV, está lá em análise com a gente também, mas tem um Decreto municipal que não vou me lembrar qual, que diz que aprovado o EIA-RIMA, que é um estudo superior, automaticamente o RIV está aprovado, porque é o mesmo empreendimento. Lógico que a gente vai ter que fazer um novo Parecer em relação a isso para colocar nesse processo, mas ele vai seguir a linha... o empreendimento não muda e os impactos analisados no EIA-RIMA são muito superiores à análise em termos de RIV.

**Cons. Sonia Hamburger** - E o EIA-RIMA não vai ser apresentado para nós aqui. Já foi apresentado. Eu não estive nessa reunião então, desculpa. Eu queria perguntar com relação às árvores que vão ser cortadas, a gente não tem a notícia de quantas que vão ser cortadas aqui nesse processo.

**Cons. Alessandro Azzoni** - Vai ser elaborado, como está no item...

**Cons. Sonia Hamburger** - Sim, eu vi.



**Cons. Alessandro Azzoni** - No 13, ele só vai se manifestar, o DCRA, com a emissão da LAP e o TCA vai ser confeccionado, então, ainda na compensação vai ser estudado pelo Departamento responsável, que era o antigo DEPAVE.

**Cons. Juliano Formigoni** - Só atenção para isso. Já tem a estimativa dentro do Parecer. Dentro do Parecer nosso, do GTANI, está detalhado isso. Ele não teve autorização ainda do DCRA, mas ele já tem a estimativa.

**Cons. Sonia Hamburger** - Eu só vou continuar mais um pouquinho porque como a gente teve aqui um bate-bola, eu vou colocar a minha posição como sociedade civil. Nesse momento da humanidade, nós estamos tomando partido de não abrir nenhuma exceção para novos empreendimentos em áreas perto de áreas de preservação e derrubada de espécies arbóreas e tamponamento de poços e etc. e tal. Então eu acho que é um posicionamento radical dentro de uma.

**Cons. Alessandro Azzoni** - Eu acho que ele é vital para você, evita a indução de poluentes no nosso lençol freático. Acho que todos os poços deveriam ter um controle muito maior que aqueles que estão abertos sem qualquer controle deveriam ser tamponados. Acho que uma questão de controle ambiental. Eu discordo dessa posição.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Eu queria sugerir à Câmara Técnica que fizesse, no final do ciclo, do ano, semestre, sei lá o que.... Passou vários projetos, deram liberações, deram orientações que com certeza a equipe da Secretaria fará o acompanhamento disso, mas seria importante até para forçar inclusive esta prestação de conta, porque às vezes a própria empresa... porque cabe à empresa também fazer essa divulgação. É muito positivo quando a empresa cumpre um papel burocrático e que ela atende, precisa ser transparente também do que está acontecendo e às vezes a gente também só burocraticamente assina um papel e vai embora. Acho que a dinâmica e acho que a Câmara e o Conselho têm até esse papel. Acho que vai um pouco ao encontro do que a Conselheira Rosa colocou, que assim: às vezes a gente autoriza, vai embora e esquece, parece que não aconteceu nada, ainda mais com uma dinâmica nova, com uma proposta nova, com programas que foram colocados. Com certeza a empresa vai desenvolver e vai investir nessa linha. Eu acho que seria até importante a Câmara - e isso não só para esse empreendimento, mas para os outros - que passam por ela em que aponte as características aprove os EIAs, enfim, e que faça uma prestação de conta. Sei lá alguém, ou a gente cria "olha, liberamos, sei lá, dez empreendimentos na cidade". Como é que está isso? O próprio pessoal da Secretaria, da própria empresa, tem esse espaço para prestar essa conta. Acho que seria até interessante a gente autorizar - como nós estamos fazendo de forma legal -, mas de forma, eu diria sim, até de

transparência do Conselho e do que a gente faz aqui, uma dinâmica disso tudo, até para que.... Porque, aliás, o CADES Regional tem que saber que passou por aqui este empreendimento, o pessoal que lá na ponta vai lá e fica em cima, vê se está fazendo ou não. Aliás, tem muita coisa que acontece e independente dessa formalização as pessoas cobram. Então, eu acho que se a gente organizar isso e estimular isso seria um bom papel do CADES, do trabalho técnico, que está muito bem feito pela Secretaria, pelo Conselho, pela Câmara, analisando, enquadrando nos objetivos. Está tudo bacana, só que é o seguinte: aconteceu? Aconteceu; então, vamos mostrar. E acompanhar essa dinâmica seja uma forma até de a gente dar um passo a mais daquilo que a gente já se esforça tanto em aprovar aqui. Fica uma sugestão para o trabalho da Comissão, viu, Azzoni, até para mostrar o que está sendo feito. Tem tanta coisa que é feita e às vezes a gente não faz esse balanço.

**Cons. Alessandro Azzoni** - Só fazendo uma referência na sua fala, todo o empreendimento existe ou ... uma vez que é aprovada por RIV ou a licença são aprovadas, o próprio empreendedor faz os relatórios para CLA, os relatórios semestrais, bimestrais, mensais. Esses relatórios são entregues pelo empreendedor. Na verdade, a gente não precisa nem chamar o empreendedor. Era só pegar os relatórios que são enviados e fazer junto ... elaborar essa dinâmica com o Juliano lá, conforme ele vai recebendo. O técnico que faz a análise, uma vez que o relatório foi aceito pelo Departamento, passar... Mas eu acredito que é uma dinâmica interna que dá para se fazer. Em questão da informação, eu fiz questão de estar, pela dimensão do empreendimento, eu estive presente nas audiências públicas e o CADES de Perus estava presente.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Após a manifestação dos presentes, colocamos em votação a aprovação do Parecer Técnico nº 005/CADES/2020, relacionado ao Estudo de Impacto Ambiental - EIA-RIMA - do empreendimento Centro Logístico Syslog São Paulo, do empreendedor REC LOG São Paulo Empreendimentos. Os Conselheiros e Conselheiras favoráveis à aprovação do Parecer, permaneçam como estão. Os Conselheiros que estiverem contra, levantem a mão. A Conselheira Sonia Hamburger ela é contra a proposta. Com vinte e dois votos, foi aprovado a apresentação e o Parecer Técnico 005/CADES/2020. Neste momento, passamos para a segunda Ordem do dia desta reunião extraordinária: apresentação das propostas e diretrizes anuais para a utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA - para o ano de 2020 pela Senhora Marilice Alves Pereira, nossa Diretora da Divisão de Gestão de Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - DGFEMA - da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.

**Marilice Alves Pereira (DGFEMA)** - Senhor Presidente do CADES, Senhor Coordenador do CGC, Senhoras e Senhores Conselheiros, demais presentes, bom dia. Meu nome é Marilice, eu sou

Diretora do DGFEMA, e vou apresentar agora as propostas das diretrizes do FEMA para o exercício de 2020. Antes de começar com as propostas propriamente ditas, eu vou fazer uma pequena apresentação da estrutura da Coordenação de Gestão de Colegiados - CGC -, que é a nova nomenclatura do DPP, antigo Departamento de Participação e Fomento a Políticas Públicas. Essa nomenclatura foi alterada pelo inciso IX do Art. 55 do Decreto 58.625, de 8 de fevereiro de 2019. Inicialmente, nós vamos falar da criação e modificação ao longo do tempo do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA. Ele foi criado pela Lei 13.155, de 29 de junho de 2001, revogada pela Lei 14.887 de 15 de janeiro de 2009. Está vinculado à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA - e é regulamentado pelos Decretos nº 52.153, de 28 de fevereiro de 2011 e pelo Decreto 52.388, de 3 de junho de 2011. Sua gestão é realizada pelo CGC - Coordenação de Gestão dos Colegiados -, como anteriormente falado, antigo DPP. A composição atual do CGC ficou assim: no Departamento do CGC, nós temos duas divisões: o DPAC, que é a Divisão de Planejamento e Apoio aos Colegiados, que tem como Diretora a Senhora Claudia Maria Cesar, onde se realiza a coordenação dos CADES, dos CADES Regionais, do CONFEMA, dos Conselhos Gestores de parque, do Conselho da UMAPAZ e a ODS. E temos o DGFEMA, que faz a gestão do FEMA e secretaria as reuniões do CONFEMA. E esta é a composição atual dos membros do CONFEMA. Como Presidente, nós temos o Senhor Eduardo de Castro, Secretário da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, o Senhor Devair Paulo de Andrade como Diretor da Coordenação de Gestão dos Colegiados, o CGC, eu, Marilice Alves Pereira como Diretora do DGFEMA, onde desempenho as funções de gestora do FEMA e de Secretária Executiva do CONFEMA. Nossos Conselheiros membros do Governo temos, como titular, Aristides Medeiros Junior, da SVMA; e como sua suplente, Priscila Santana da Fonseca, também da SVMA. Ainda como titular, Amélia Tamiko Seguchi, que é da Secretaria da Fazenda, e como seu suplente Sebastião Marques Junior, que também é da Secretaria da Fazenda. Temos ainda como titular do Governo Helena de Souza Marcon, da SMG, Secretaria Municipal de Gestão, e como sua suplente Érica Marques Barroso, também da Secretaria Municipal de Gestão. Compondo o Conselho do CONFEMA, temos os membros da organização da sociedade civil. Como titular, a Senhora Jaciara Schaffer, da SAJAPE; e como seu suplente o Senhor Aldo Struffaldi, da ECÓLEO. Mais um membro como titular: o Senhor José Ramos Carvalho, da APGAM; e seu suplente, a Senhora Delaine Romano, do Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste. Como membro titular ainda temos o Senhor Marco Antônio Lacava, representante do CADES; e como seu suplente, o Senhor Dilson Ferreira, também do CADES. Esses são os membros que atualmente compõem o CONFEMA. Agora apresentaremos alguns artigos que são importantes no regulamento do FEMA. O Art. 60 da Lei 14.887/09 ele determina que o Fundo Especial do Verde e do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável seja administrado pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, observando as

diretrizes fixadas no Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Ainda temos o Art. 57 da Lei 14.887/09. Ele determina onde serão aplicados os recursos do FEMA e ele diz assim "os recursos do FEMA destinam-se a apoiar inciso I: o desenvolvimento de planos, programas e projetos a) que visem o uso racional e sustentável dos recursos naturais; b) de manutenção, melhoria e/ou recuperação da qualidade ambiental; c) de pesquisa e atividades ambientais. Inciso II: o controle, a fiscalização e a defesa do meio ambiente. O nosso Regimento Interno do CONFEMA foi recentemente modificado pela Resoluções nº 031/CONFEMA/2019, de 20 de dezembro de 2019. Em seu Art. 2º, reza as seguintes atribuições. Art. 2º: as atribuições do CONFEMA serão exercidas por meio: inciso I - plenário, Conselheiros e Presidente; inciso II - Secretaria Executiva, Coordenador e Secretário Executivo. Parágrafo 1º: o plenário é o único órgão deliberativo e soberano do CONFEMA, constituído por Conselheiros e um Presidente. Parágrafo 2º: a Secretaria Executiva será integrada por um Coordenador Geral e um Secretário Executivo. Agora vamos passar às propostas das diretrizes propriamente ditas para o exercício do FEMA 2020. Todos os temas estão associados a ODS e são eles: 1) áreas verdes 2) educação ambiental, cultura de paz e comunicação 3) água 4) consumo e descarte sustentáveis 5) mobilidade 6) mudanças climáticas 7) Plano de Pagamento por Serviços Ambientais. O tema áreas verdes estão associadas, como disse, às ODS. Diretrizes propostas: proteção e defesa a biodiversidade, fauna e flora, áreas verdes e parques urbanos, lineares e naturais relacionados ao ODS 11 e 15. Apoio junto às políticas habitacionais necessárias à implantação de áreas verdes e a proteção de áreas de relevância ambiental, associados ao ODS 11 e 17; apoio à criação e à implantação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN - ODS 11, 14, 15 e 17; apoio a políticas de incentivo a serviços ambientais, incluindo estudos, inventários, diagnósticos, projetos, adequação ambiental de propriedades urbanas e rurais e Pagamentos por Serviços Ambientais aos proprietários de áreas prestadoras, ODS 8, 11, 13, 14, 15 e 17. Ainda sobre áreas verdes, apoio à implantação de sistemas de monitoramento de áreas verdes e da degradação da cobertura vegetal, ODS 15 e 17; apoio a planos e incentivos de expansão, manejo e conservação de áreas verdes, Unidades de Conservação, parques urbanos, lineares e naturais, ODS 14, 15 e 17; fortalecimento do sistema de fiscalização e controle pela SVMA, ODS 16 e 17; recuperação e revitalização de áreas de competência da SVMA degradadas e/ou contaminadas, inclusive em função de acidentes naturais. Estão associadas aos ODS 13, 14, 15 e 17. Segundo tema: educação ambiental, cultura de paz e comunicação. Diretrizes propostas: apoio a projetos e iniciativas de educação ambiental, ODS 4 e 17; apoio a incentivos com o propósito de contribuir para uma convivência socioambiental sustentável e pacífica na cidade de São Paulo, articulando temas ambientais e a cultura da paz e não violência, disseminando conhecimentos e tecnologias de mediação de conflitos, ODS 11, 16 e 17. Terceiro tema: água. Diretrizes propostas: proteção dos recursos hídricos, associados aos ODS

12, 14 e 17; apoio a projetos, programas e ações de preservação e combate a enchentes, incluindo atividades de educação e comunicação, proteção e recuperação de nascentes e sistemas de drenagem e captação de água de chuva, associados aos ODS 9, 11, 14 e 17. Quarto tema: consumo e descarte sustentável. Diretrizes propostas: incentivos a planos, programas e projetos ligados à eco economia, associados aos ODS 8, 15 e 17; apoio a planos, programas e projetos de implantação de Eco pontos, reciclagem, reutilização e redução de resíduos sólidos na cidade de São Paulo, incluindo campanhas educativas e comunicação, associados aos ODS 9, 11 e 17. Mais uma diretriz proposta: apoio a políticas de incentivo à sistemas produtivos de baixo impacto ambiental, associados aos ODS 7, 11, 12, 13, 14, 15 e 17. Quinto tema: mobilidade. Diretrizes propostas: apoio a programa e campanha para uso de energia renovável no sistema de transporte coletivo, em edificações e demais sistemas urbanos, associados aos ODS 7 e 17; apoio a planos, programas e projetos para o uso de mobilidades não-motorizadas de transporte, incluindo campanhas educativas e comunicação. ODS 4, 7, 11, 12, 13 e 17. Mais uma proposta: apoio a planos, programas e projetos de meios alternativos de mobilidades urbanas, ODS 3, 7, 9, 13 e 17; apoio a planos, programas e projetos de mobilidade alternativa e transporte sustentável, ODS 3, 7, 9, 13 e 17. O sexto tema: mudanças climáticas. Diretrizes propostas: apoio a projetos e iniciativas para a melhoria da qualidade do ar e utilização de energia limpa, incluindo campanhas educativas e comunicação, associados aos ODS 7, 13 e 17; apoio a planos, programas e projetos de preservação e combate às mudanças climáticas, associados aos ODS 11, 12, 13 e 17; apoio a planos, programas e projetos para minimização de emissões de gases de efeito estufa, ODS 3, 9, 13, 15 e 17; apoio a planos, programas e projetos para subsidiar políticas públicas relacionadas ao controle de adensamento construtivo, impermeabilização do solo e a consequente produção de ilhas de calor urbano, ODS 9, 11, 13, 15, 16 e 17; apoio a planos, programas e projetos para ampliar a divulgação dos resultados da rede de monitoramento de participações meteorológicas, incluindo inventários e diagnósticos necessários, ODS 13, 16 e 17. E como nossa última proposta, nós temos este ano a inclusão do tema conservação e recuperação de áreas de serviços ambientais, Pagamentos por Serviços Ambientais, que as diretrizes abaixo que eu vou apresentar e em seguida passarei a palavra ao Senhor Rodrigo Martins dos Santos, da SVMA, que irá fazer uma breve explanação sobre o Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais. Diretrizes propostas para o PSA: cumprimento de resolução CADES 202/19, que aprova o Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais - PMSA -, associadas aos ODS 8, 11, 15 e 17; apoio na definição de um desenho institucional para viabilizar o Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais - PSA - custeados pelo FEMA, associados aos ODS 8, 11, 15 e 17; lançamento de pelo menos um edital de uma modalidade de PSA por ano de acordo com o PMSA, ODS 15 e 17; divulgação dos editais de PSA e programas associados à conservação e

recuperação dos serviços ambientais na cidade, ODS 15 e 17. Mais uma diretriz: apoio no estabelecimento de metodologia para o Cadastro as Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais - CADPSA, ODS 15; apoio no cadastramento das áreas prestadoras de serviços ambientais e Unidades de Produção Agrícola - UPA - no Cadastro de Pagamentos por Serviços Ambientais, 15; apoio na definição de metodologias de valorização dos serviços ambientais prestados pelas áreas cadastradas no Cadastro de Prestação de Serviços Ambientais, ODS 15. Essas são as propostas das diretrizes do FEMA para o exercício de 2020, mas antes de passar a palavra para os Conselheiros se manifestarem, eu agradeço a atenção de todos e passo agora a palavra para o Senhor Rodrigo Martins dos Santos e mais uma vez agradeço. Muito obrigada. Bom, pediram para que eu comente com vocês que eu estou há um mês na direção do DGFEMA e estou à disposição de todos para quaisquer esclarecimentos. Obrigada.

**Rodrigo Martins dos Santos (SVMA)** - Olá a todos. Bom dia. Novamente estou aqui no CADES, na primeira reunião do ano. Estive na última apresentando o Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais, que foram aprovados pelos Senhores e pelas Senhoras na Resolução 202/19, de 17 dezembro, e agora uma das ações que esse Plano traz é o Pagamento por Serviços Ambientais. Como a gente tinha colocado, é o principal instrumento financeiro e econômico que o PMSA ele estabelece e que já está previsto no Plano Diretor da cidade e também na Política de Mudanças Climáticas da cidade de São Paulo. Só para iniciar, o nome do programa que a gente está sugerindo é o PSAmpa, o Programa de Pagamento por Prestação de Serviços Ambientais da cidade de São Paulo. Como já foi lido pela Marilice, ele já está incluído como uma diretriz do FEMA. A diretriz 1 ela tem uma atividade relacionada ao PSA. A proposta é a gente criar uma diretriz específica para que se desvincule da diretriz de áreas verdes e ter uma diretriz específica de Pagamentos por Serviços Ambientais no CONFEMA. Está amparado pela base legal federal, estadual e municipal. Só para lembrar, isso foi apresentado em dezembro, teve uma aprovação aqui do Parecer Técnico da Comissão Especial criada para acompanhar a produção do PSA, mas lembrando, o Art. 225 da Constituição Federal já traz a questão da biodiversidade, da relevância da biodiversidade. A lei de proteção da Mata Atlântica, a lei de proteção da vegetação nativa, que readequou o Código Florestal e tem um PL, o 312, que está na Câmara tratando do tema de Pagamento por Serviços Ambientais. Também no Estado a gente tem a lei estadual da Política de Mudança do Clima, que trata do Pagamento por Serviço Ambiental. Tem um Decreto que regulamenta essa lei e tem diversas Resoluções da Secretaria de Meio Ambiente do Estado que também tratam da questão do Pagamento por Serviço Ambiental, que já é feito pelo Estado de São Paulo desde o ano de 2010 é feito pagamentos pelo Estado - Secretaria de Meio Ambiente já executa. E no Município a gente tem a lei da Política de Mudanças Climáticas, o Plano Diretor da cidade, a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo também delibera questões a respeito de

Pagamento por Serviços Ambientais, tem a Resolução CADES 187, que é que estabelece o Plano Municipal da Mata Atlântica e a última Resolução do CADES, que é o Plano Municipal de Serviços Ambientais, que também advoga a respeito do Pagamento por Serviços Ambientais. Basicamente dentro dessas legislações, a gente tem as definições de serviços ambientais, que está no Plano Diretor. A gente tem a necessidade do Plano, que já foi deliberado na Política de Mudança do Clima e no Art. 160 do PDE. O instrumento de PSA está no Art. 158 do PDE. As ações remuneradas via PSA - quais são os possíveis - também está no Art. 158 do PDE. Quem poderá receber, o Art. 158 também traz a temática. De onde virão os recursos, o Art. 160 do PDE; as áreas prioritárias têm na Política de Mudança do Clima, no PDE, na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e no PMMA também traz as áreas prioritárias que deverão ser o foco inicial para os programas de Pagamento por Serviço Ambiental na cidade. O monitoramento e fiscalização, o Art. 163 do PDE já trata do tema; a assistência técnica, o Art. 171 do PDE e o Cadastro das Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais, que é o Art. 288 do PDE, que estabelece e cria esse Cadastro. O Plano Municipal de Conservação e Recuperação das Áreas Prestadores de Serviços Ambientais ele vai detalhar essa legislação, ele vai explicar melhor, vai trazer exemplos. Está disponível no site da Secretaria do Verde, tem o link "serviços ambientais", onde os Senhores e as Senhoras podem baixar o Plano e traz exemplos no mundo, no Brasil e dentro do Estado de São Paulo de como que é desenvolvido todas essas temáticas. Eu não vou aprofundar porque isso foi objeto de apresentação em dezembro. Então, hoje nós vamos aprofundar o Pagamento por Serviços Ambientais. Só para dar uma resgatada do conceito de serviços ambientais, a gente tem quatro categorias. A categoria de provisão: provisão de água, alimento, madeira, fibra, bioquímico, recurso genético e outros que os ecossistemas e o meio ambiente ele provém para a vida humana. A regulação, o que que o meio ambiente pode regular para a vida humana: a regulação climática, regulação de doenças, biológica, regulação e purificação da água, a regulação de danos naturais e a polinização. São serviços ambientais de regulação. Serviços ambientais de suporte: formação do solo, a produção do oxigênio, ciclagem de nutrientes, produção primária; e os serviços ambientais ligados a questões culturais, por exemplo, o ecoturismo, recreação, serviços espirituais e religiosos, estéticos, inspiração, educacionais e herança cultural. Isso é um debate conceitual, já tem literatura tratando do tema. O PMSA explica melhor esses quatro serviços. Como é que funciona a ideia de Pagamento por Serviços Ambientais. Ela funciona basicamente que um proprietário de algum imóvel rural, principalmente, mas também o PMSA prevê também a possibilidade de imóveis urbanos, talvez não nesse momento porque precisa ainda ser evoluído o tema, mas principalmente imóveis rurais ele deixaria de fazer alguma atividade econômica que ele poderia fazer naquela área para preservar e, então, ele receberia um benefício econômico para compensar. Então, ele compensaria com um pagamento advindo do setor público, no caso, porque já tem empresas

privadas que fazem Pagamento por Serviços Ambientais. Aqui em São Paulo, a gente teve o projeto Oásis, que é um projeto do Instituto Boticário e eles recebiam recursos da Fundação Mitsubishi, que vinha do Japão, para fazer esse pagamento. Era um pagamento privado. Agora a ideia é ter um pagamento público, que está previsto em lei, como o Estado já faz, alguns Municípios - Campinas já faz também. Então, não é uma novidade. Esse seria o mecanismo: a Prefeitura daria benefícios financeiros a esses proprietários que preservassem ou tivessem alguma atividade ligada aos serviços ambientais. Aqui é como já é feito o pagamento em algumas modalidades que a gente apresenta e outros casos no Brasil e no mundo. Por exemplo, em relação à água é feito um pagamento por reflorestamento de mata ciliar, manejo de bacias hidrográficas. Um proprietário que fizer esse tipo de atividades.... Existem programas de PSA fazendo isso no Brasil e no mundo. Por exemplo, Extrema começou fazendo isso com a ajuda da Agência Nacional das Águas. É um Município de Minas Gerais. Também em relação a crédito de carbono e servidões de conservação. Ele preserva uma área e ele recebe o crédito de carbono pela captação do carbono que ele está fazendo com essa atividade. A beleza cênica; então, alguns pagamentos são para aquele que abra sua propriedade para visitação pública. Por exemplo, ele crie um parque privado ou uma RPPN para atividades de ecoturismo. Isso também existem modalidades de pagamento nesse sentido e em relação à biodiversidade também: direitos de bi prospecção, crédito de biodiversidade. Por exemplo, uma pesquisa ligada à farmacologia em áreas privadas, ele pode receber um benefício, um incentivo econômico para fazer esse tipo de atividade. Só lembrando o FEMA já fez esses projetos, já funcionou no FEMA não com a cara e o nome de Pagamento por Serviços Ambientais. Não era um pagamento direto aos proprietários, era um pagamento a alguma instituição que desenvolvia atividades. Isso aconteceu muito entre os anos 2004 até 2014. Teve muitos editais que a Prefeitura lançava, mas era exclusivamente para pagamento de OSCIP para fazer um tipo de atividade ligada ao serviço ambiental. A inovação agora que a Prefeitura está trazendo é um pagamento direto aos proprietários ou empresas também que tenham propriedades que possam fazer algum benefício ambiental e, claro, mantendo também as ONGs e as OSCIPs como já vinha sendo feito. Como que está o PSA no PMSA. Isso aqui é como que é a estrutura do PMSA. Só para lembrar vocês, quem quiser consultar está lá no site. Ele tem dez capítulos. A parte 1 é conceitual, a parte 2 é bem prática, de como que vai ser implementado. Na conceitual tem base legal, marco referencial, análise de experiências, a metodologia de valoração que são aplicadas no Brasil e no mundo, uma caracterização geral do Município voltada à questão dos serviços ambientais e na parte 2, as áreas prestadoras de serviços ambientais prioritárias para a conservação, as linhas de ações estratégicas, onde está inserido o PSA, dentre outras ações, as metas de curto, médio e longo prazo, o mecanismo, procedimento e condições necessárias para a implementação e os indicadores de implementação, monitoramento e avaliação dos resultados. Todos esses temas são tratados no



PMSA. Quais são os recursos disponíveis? Só para a gente entender como é que funciona o financeiro do FEMA, alguma coisa, esse foi a arrecadação do FEMA em 2019. Em 2019, o FEMA ele tem uma dotação específica que vem da SABESP, que essa não pode entrar em outros projetos. Já é acordo, um termo, um convênio estabelecido entre a Secretaria e a SABESP e ela depositou no ano passado R\$ 3.000.000,00 e em relação a outras atividades. Por exemplo, multas ambientais, compensações ambientais, receita de remuneração, cobrança que a Prefeitura faz ligada a algumas taxas que a Prefeitura faz, vai algum percentual para o FEMA. Isso são as diversas fontes de recursos que o FEMA recebe. Ele recebeu no ano passado aproximadamente 40.000.000 dessas fontes. O Plano Diretor ele estabelece que deve ser reservado pelo menos 10% da arrecadação do ano anterior do FEMA para Pagamentos por Serviços Ambientais; então, por isso que há necessidade dessa regulamentação para a gente poder usar esse recurso. O FEMA todo ano ele tem que devolver esses 10% se ele não for gasto com PSA, porque senão ele pode estar infringindo a lei do Plano Diretor. Então os 10% para este ano de 2020 nós teremos pelo menos uns 4.000.000, que devem ser gastos do Fundo com PSA. Caso não seja gasto, o FEMA não vai poder gastar com outras atividades, porque tem lei que define isso. Em 2019, o FEMA deixou de gastar 5.000.000 justamente porque não tem ainda regulamentado o PSA. Do ano passado, teve que devolver esse recurso. A ideia é a gente regulamentar esses instrumentos para que o FEMA possa executar e lançar editais de Pagamento por Serviços Ambientais este ano. Como é que foi reservada a LOA para este ano? A LOA para este ano no aparecendo no FEMA foi reservado na lei R\$ 6.000.000,00 para o FEMA e outras atividades; por exemplo, plantio de árvores - 7.800.000 - mas já foi contingenciado 4.800.000 para o PSA e 6.000.000. Geralmente esse contingenciamento, pelo que a gente acompanha e trabalha nos órgãos da Prefeitura, ele é feito para que não seja gasto tudo de uma vez também. Então conforme vai se gastando, a Secretaria de Finanças ela vai liberando esse recurso que foi contingenciado para que possa ser executado. Está liberado já para o PSA para ser empenhado a qualquer momento R\$ 1.200.000,00 para Pagamento por Serviços Ambientais dos 6 milhões que a LOA reservou - pelo menos a LOA aprovou - e aí depois a Secretaria de Finanças faz os seus remanejamentos, mas desse 6.000.000 já tem 1.200.000 e, claro, a gente tem 4.000.000 que devem ser gastos com o PSA. Então desses 6.000.000, pelo menos dá para uns 4.000.000 garantido por lei e, claro, como o orçamento votado na Câmara chegou a 6.000.000, é possível, aí depende de como que os projetos e os editais vão andando, até talvez superar os 4.000.000. E aí tem outras atividades que está nas dotações do FEMA que não foi aprovado, o orçamento da LOA aprovou o mínimo, então não tem recurso, mas a Secretaria de Finanças ela pode transferir recurso como ela faz geralmente para poder ser utilizado essas atividades em algum tipo de ação da Secretaria do Verde; por exemplo, ampliação, reforma, qualificação de viveiros etc. Existe essas dotações do FEMA também, mas as que têm recurso são

aquelas duas ali. Quais são os próximos passos? Os próximos passos, a gente está agora elaborando - tem um grupo de técnicos da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente junto com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, o Conselheiro Azzoni também acompanha as reuniões, o Azzoni também já acompanhou algumas das nossas reuniões. A gente está elaborando um Decreto para regulamentar e criar o programa que a gente está chamando de PSampa, o PSA da cidade de São Paulo, o programa de Pagamento por Prestação de Serviços Ambientais. A gente já tem a minuta elaborada, vai ser uma minuta, provavelmente vai ser um Decreto entre as duas Secretarias - de Desenvolvimento Urbano e o Verde - para regulamentar principalmente o Art. 162, que trata dos contratos de PSA. Na lei do Plano Diretor diz que deve haver um instrumento do Executivo regulamentando o PSA. Por isso que o PSA a gente ainda não lançou edital para poder cumprir com essa atividade do Plano Diretor, senão pode ter algum problema jurídico. A gente prefere lançar o Decreto antes de iniciar o lançamento dos editais. Após isso, nós pretendemos trabalhar junto com o CONFEMA na elaboração de uma Resolução específica de funcionamento da Comissão de Avaliação e da Comissão de Acompanhamento Técnico, que são as estruturas do CONFEMA de acompanhamento dos projetos. Então, já existe uma normatização do CONFEMA sobre isso. Talvez possa haver algumas adequações em relação ao PSA porque agora a gente vai começar a tratar também de pessoas físicas e não somente de OSCIPs. Em relação a também sobre isso, o Plano Diretor define que haja uma Portaria da Secretaria, não uma Portaria, um instrumento da Secretaria do Verde, talvez possa ser diretamente no edital - a gente está avaliando isso. Mas provavelmente vai ser uma Portaria instituindo o preço mínimo e preço máximo a serem pagos por hectare, por atividade. Todos os sistemas de Pagamento por Serviço Ambiental no Brasil têm esse tipo de instrumento para poder guiar os editais. Então, qual que é o valor mínimo e o valor máximo, por exemplo, para recomposição de nascente, para conversão de agricultura tradicional para convencional e etc. O primeiro edital que a gente está prevendo para lançar.... Também aqui são as datas, então em fevereiro a gente conclui a Resolução do CONFEMA e a Portaria da SVMA provavelmente em março, que ela vai ser lançada concomitantemente ao edital que a gente.... Aqui o primeiro tema que a gente vai trabalhar é a conversão agroecológica. Por quê? Por que esse é o tema que a gente está dedicando os nossos esforços? A conversão agroecológica como o primeiro PSA, quais são as razões? É uma oportunidade. A gente teve aqui na última reunião do CADES a presença do Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, que faz a gestão do projeto Ligue os Pontos. E o projeto Ligue os Pontos ele tem um recurso advindo de um prêmio que a Prefeitura ganhou e eles estão fazendo diversas atividades ligadas a fomento e mobilização de agricultores agroecológicos na cidade de São Paulo para converter agricultura convencional, que usa agrotóxicos e outros tipos de contaminantes, para uma agricultura menos nociva ao meio ambiente e ao consumidor. Esse tipo de atividade, o PSA poderia dar continuidade,

porque o programa Ligue os Pontos ele tem um prazo de duração - provavelmente até meio do ano - e aí o PSA continuaria por mais uns dois, três, quatro anos. E também então eles já fizeram algumas atividades que vão são importantíssimas para o PSA, eles têm um Cadastro de Unidades de Produção Agrícola com mais de 400 propriedades cadastradas na cidade inteira. Apesar do foco ser a Zona Sul no projeto Ligue os Pontos, eles têm cadastro também na Zona Norte e na Zona Leste de agricultores, com diversas informações importantes que podem ser aproveitadas para entender e fazer uma seleção de quais proprietários poderão, quais agricultores poderão ser incentivados inicialmente. O mapeamento dessas áreas... também tem um mapeamento junto com a Secretaria do Verde, que nós somos parceiros nesse projeto do Ligue os Pontos, de fazer um mapeamento da agricultura da cidade de São Paulo, focando a Zona Sul. A gente está fazendo um mapeamento detalhado com imagem de satélite de qual atividade, se é anual, se é temporária e qual é a área dessa atividade. E tem o apoio técnico e financeiro em campo. Eles têm agrônomos em campo, além da nossa Casa da Agricultura Ecológica e agora da nossa escola também de agroecologia, que a UMAPAZ está montando lá na Zona Sul, que são equipamentos da Prefeitura para apoio aos agricultores, eles também têm técnicos e agrônomos em campo ajudando o trabalho da Prefeitura. Então, esse projeto a gente continuaria. Tem a Casa da Agricultura Ecológica, que foi criada aqui pela Secretaria do Verde - hoje está na Secretaria das Subprefeituras, que faz um apoio também para a conversão dos agricultores, para que eles sejam menos impactantes nas suas atividades. Também tem a própria região de mananciais. Ela é defendida por todas as legislações como área prioritária para o Pagamento por Serviço Ambiental em todas as legislações - o PDE, a Lei de Parcelamento, o PMMA, a Lei Estadual de Mananciais e o próprio PMSA coloca que essas regiões de mananciais é a prioridade 01. Então também a gente tem a oportunidade de ter Áreas de Proteção Ambiental que a Secretaria do Verde faz a gestão com a equipe técnica que conhece muito a realidade local e é uma área de proteção dos mananciais. E é isso pessoal. Obrigado pela atenção e estou à disposição para esclarecer qualquer dúvida.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Está aberto aos Senhores Conselheiros para manifestações. Algum inscrito? A Mesa vai enviar as apresentações para os Conselheiros. Cristina, por gentileza.

**Cons. Cristina Palmieri** – Cris Palmieri, da UGT. Primeiramente parabenizar pelas duas exposições e eu tenho uma pergunta, uma curiosidade para a Marilice primeiramente. (*Eu estava te procurando*). Eu vi que você fez a apresentação do tema das áreas verdes e dali a diretriz casou como os ODS, aí eu observei que tem mais ODS envolvidos em muitas dessas diretrizes. Existe algum motivo por não abordar como o ODS 6, o ODS 11 e o 17?

**Marilice Alves Pereira (DGFEMA)** - Eu vou passar para o Jonathan, que é quem cuida das ODS no nosso Departamento e ele é especialista nessa questão de ODS, está bom? Ele vai te responder com muito mais propriedade.

**Cons. Cristina Palmieri** – Tá Ok.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** – Cristina, tem uma situação. Esses ODS elas até foram propostas por antigos Conselheiros. Foi esse o motivo, mas está em aberto para se colocar outras ODS, não há nenhum impeditivo nessas ODS, está Ok? Foi por conta disso.

**Jonathan (SVMA)** – Bom, bom dia a todos. Eu falarei a mesma coisa. Eu acho que nós que conhecemos os ODS sabemos que eles funcionam em rede e é muito difícil você trabalhar um ODS sem trabalhar os outros. Quando você busca atingir uma meta, você - querendo ou não - você acaba também contribuindo para que as outras metas sejam implementadas também, justamente por conta desse trabalho em rede e do planejamento em rede que as ODS trazem. Eu acho que isso abre uma possibilidade para a gente acrescentar outros ODS que a gente vê que têm um peso relevante para aquela diretriz, mas também tomar o cuidado de ter uma avaliação para saber como que a diretriz atinge cada ODS para não ficar uma coisa muito extensa e acabar colocando só por colocar um ODS ali e não, enfim, contribuir diretamente para aquela meta específica. Então, tem um trabalho de olhar para as diretrizes e olhar também para as metas de cada ODS e ver quais ODS são diretamente atendidos e não diretamente atendidos por cada diretriz. Eu acho que é um trabalho que pode ser feito.

**Cons. Cristina Palmieri** - Posso fazer uma colaboração? Os ODS eles são todos interligados e interagem entre si e essa interatividade propicia maior amplitude nas políticas públicas. Então, quando você fala de OC você também está falando de diversas questões, por exemplo, você está falando de água, você está falando de saneamento, mas você está falando também dentro da cidade. O que que impacta isso? Você também está falando de resíduos, então tem... E outra; tem várias questões que a gente pode proporcionar dentro das políticas públicas, programas já existentes e outros que acabam surgindo e que possibilitam maior amplitude nas políticas públicas, como eu tinha comentado. Então, eu vejo aqui ODS dentro de algumas diretrizes que poderiam ser inseridos porque vocês já realizam isso. É só ter um olhar diferenciado. Talvez seja aquela dimensão que a gente tem que ter mais social ou mais econômica, ou mais ambiental. Mas, quando a gente foca muito só numa visão, num olhar, acaba não observando outros. Então, a gente está aqui para colaborar, para poder trabalhar. Eu sei que também que os ODS, apesar de ter o objetivo, as suas metas, ela está sendo adaptada dentro da realidade de cada território. O território lá na Zona Norte é diferente do território na Zona Sul, e assim a gente pode assim ampliar e olhar essas....

Por isso da colaboração também do pessoal das Secretarias e dos CADINHOS, que são específicos a cada território.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** – Mais alguma observação de algum dos Conselheiros? Após manifestação dos presentes, colocamos em votação a aprovação da proposta de diretrizes anuais para a utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA - para o ano 2020. Assim, os Senhores Conselheiros e Conselheiras favoráveis à aprovação do Parecer permaneçam como estão e, por gentileza, os que estiverem contra, por favor levantem as mãos. Informamos, também que os Conselheiros e Conselheiras, por gentileza, devem formalizar seu voto assinando a ficha de votação e deliberação CADES que está junto com vocês aí, é uma fichazinha. Os que são a favor, permaneçam como estão. Alguém contra? A proposta de diretrizes anuais para a utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA - está aprovada por unanimidade. Passamos agora para quarta Ordem do dia: aprovação de sugestão do calendário das reuniões CADES 2020 que será projetado ali no telão. Dessa reunião, colocamos em deliberação o calendário para as reuniões de 2020. Clodoaldo, por gentileza.

**Cons. Clodoaldo Alencar Jr** – Clodoaldo, Secretaria Municipal de Educação. A verdade que é uma dúvida. Normalmente, as reuniões do CADES elas vinham ocorrendo na terceira semana, se eu não me engano. O que que aconteceu? Acho que cada Secretaria se organiza de uma maneira. Em função disso, o meu planejamento lá para 2020, a segunda quarta-feira, no meu caso, é muito difícil, quase impossível. Estou tentando mudar aqui, quando eu vi o calendário, mas implica em mudança radical. Eu só queria saber assim, qual o motivo. Se vinha sendo na terceira, porque que veio na segunda, se tem a ver com calendário, porque realmente para mim é uma surpresa. Ontem eu e a Meire discutimos isso, que eu falei se for.... É porque precisa de um planejamento em cima disso. Então, é só uma colocação que eu levei um susto quando eu vi aqui que muda radicalmente, talvez até minha participação aqui no Conselho em função das agendas já organizadas para 2020. É só esse esclarecimento. Muito obrigado.

**Claudia Maria Cesar (Secretária Executiva)** – Clodoaldo, a gente acabou alterando algumas datas em virtude dos feriados e dias pontes. Mas a gente pode reestudar o calendário para adequar se alguém mais sentir necessidade que volte a ser às terças quartas-feiras dos meses. Se algum Conselheiro também pudesse se manifestar?

**Cons. Meire Fonseca Abreu** – Meire, SVMA, UMAPAZ. É que por conta de que a gente já estava trabalhando na terceira semana, a gente já fechou uma programação grande, pensando no CADES, de não se abster às reuniões.

**Claudia Maria Cesar (Secretária Executiva)** - Então, está. A gente vai fazer o reestudo, então vamos passar para as terceiras quartas-feiras mensais. E aí, se tiver algum dia ponte ou feriado, aí a gente faz a adequação para aquele mês específico.

**Cons. Cristina Palmieri** - Eu queria perguntar também se as reuniões vão passar a ser aqui na Secretaria, vão deixar de ser lá no Martinelli.

**Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh** – Gabriela, Secretária de Governo. Para gente que está, acho que a maior parte do Poder Público no centro da cidade, as reuniões no Martinelli facilitam um pouco a vida. Então, se vocês puderem pensar na logística com carinho, assim de repente alternar fazer aqui e lá.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Temos um problema lá sempre, apoio técnico. Você vê que aqui há dificuldade com a nossa equipe mesmo, mas lá é pior. Tem hora que a gente não tem o apoio técnico dos instrumentos que estão lá, que está na Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Então, tem uma dificuldade operacional. E aí quando foi feita a adaptação aqui da sala foi pensando exatamente para facilitar, para que a gente tenha controle na agenda dos CADES.

**Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh** - Sem problema; a gente se organiza em função disso.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Está bom, obrigado.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - A questão do calendário, vai voltar às terceiras quartas-feiras do mês, é isso? Então, acho deliberação, os que concordam permanecem como estão. Aprovado por unanimidade. Tem inclusão da pauta agora da Sonia Hamburger. Está com frio, né, Sonia? E tem também do CADINHO com a Cristina.

**Cons. Sonia Hamburger** - Foi muito surpreendente para nós da sociedade civil a aprovação dessa Lei das Podas. A gente participou, inclusive foi apresentado aqui no Conselho do Plano de Manejo Arbóreo que está sendo super bem encaminhado pela Secretaria do Verde, então, para a gente foi muito surpreendente e eu pergunto como que uma lei desse assunto não passou aqui pelo CADES. Eu sugiro duas coisas: uma, que essa legislação seja apresentada para o Conselho e outra que o Conselho faça algum Parecer ou alguma representação para o Prefeito, porque o Prefeito aprovou a lei sem consultar o Conselho. (*voz ao fundo*). Eu estou propondo que o CADES tome uma posição sobre essa lei e que solicite que a lei seja apresentada, como foram os Planos, os Planos estão sendo tão bem cuidados, como é que uma lei vem aí, de repente e atropela tudo. Para mim é inconcebível.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - O que que atropela? Gostaria que você descesse aos

detalhes, até para gente...

**Cons. Sonia Hamburger** - Eu não tenho conhecimento para descer aos detalhes, por isso que eu estou pedindo que seja esclarecido para o Conselho porque o que a gente verificou é que tem muitos pontos da lei que vão ao contrário do que o PMA e o PLANPAVEL propõem. Então, para gente é inconcebível.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** – Bom, deixa eu deixar claro o funcionamento, o que ocorreu e como está em curso a estratégia da Prefeitura. Primeiro, essa iniciativa desta lei que foi sancionada dia 13 de janeiro foi uma proposta construída na Câmara Municipal, certo? E todas as Secretarias foram consultadas exatamente com relação ao Parecer Técnico. A Secretaria do Verde, o Parecer Técnico foi de veto por conta de uma proposta que nós, a própria Secretaria tem, a Secretaria, As Secretarias de Prefeitura têm uma proposta de uma lei mais ampla. Que nesta lei mais ampla, de uma forma ou de outra, esta legislação, esta proposta que foi construída na Câmara, vai ao encontro da Lei. E aí é que eu queria discordar de você, dizer que a lei que está sendo construída, que aliás está com a Prefeitura com o Parecer da Secretaria, da Subprefeitura, da PGM.... Esta construção... porque o grande defeito nosso, da nossa legislação é a raiz da 10.365 de 1987. A 10.365 que praticamente 32 anos, nós estamos fazendo regulação de verde na cidade com conceitos totalmente ultrapassados dos dias de hoje. O defeito da lei, da 10.365, ela vem ao longo dos anos - para você ter uma ideia, nós temos quase nove legislações sobrepondo a 10.365 -; então, para a regulação, para fazer a gestão desta agenda verde de árvores, da agenda verde da cidade, para vocês terem uma ideia, essa legislação estabelece as árvores significativas feita em 1989. Que, se você olhar hoje, ela não tem significância nenhuma no aspecto florístico, da espécie, enfim. Existe um defeito de regulação, não é um defeito, uma desconexão do tempo. A cidade está ainda na regulação antes do Código Florestal, para você ter uma ideia. O Código Florestal de 65, a de 87 vai na sequência do Código, ela segue os alinhamentos do Código. O Código foi mexido em 2012 e nós não fizemos uma adaptação na cidade. Então assim, no tempo, e essa análise podemos até depois conversar pessoalmente, explicar isso. A gente, inclusive a equipe técnica do Departamento de Arborização Urbana da Secretaria tem muita informação para ilustrar vocês, mas na verdade é o seguinte: a proposta que a Prefeitura tem ela é mais ampla e ela já está construída por todas as Secretarias. Essa iniciativa do Legislativo ela permitiu, abriu uma brecha no mesmo sentido que a própria lei que a Prefeitura propõe, que abre essa condição de discussão. Ela não vai comprometer o que a própria Prefeitura propõe com relação à legislação, que é esta proposta que está sendo construída pelas Secretarias, inclusive pelo Verde. Com relação à questão específica do que vocês vêm participando, é da construção do Plano Municipal de Arborização Urbana, que no Plano Municipal de Arborização Urbana também indica a necessidade de adequação da

regulação na cidade. Fazer um Plano Municipal de Arborização na regulação de 1987 é impossível. Não, não, é totalmente irreal o que a gente discute no Plano e na execução. E esse sancionar do Prefeito foi exatamente para permitir que essa discussão fosse ocorrida. Que aliás, do mesmo jeito que você sanciona é com surpresa negativa, grande parte tem surpresa positiva. Então, assim, nós estamos num momento de tentar quebrar alguns paradigmas na cidade, isso é real. Nós temos uma realidade que árvore passou a ser um problema da cidade, um problema que tem gerado muitos conflitos na gestão e nós precisamos enfrentar isso de uma forma mais adequada para os tempos da cidade, para a forma que a gestão da cidade tem. Lá em 1987, o Poder Público era todo poderoso, hoje não é mais. Nós não temos a mesma estrutura, a população da cidade é outra, a quantidade de viário é outro, as áreas verdes da cidade são outras. Então, nós estamos em cima de conceitos de regulação desconectados do momento. A explicação - isso que eu estou falando aqui publicamente, aliás os jornais a todo momento provocam a gente nesse debate e a gente entra mesmo, porque particularmente todos nós que estamos envolvidos em mudar a agenda, alterar essa agenda verde da cidade, adaptá-la para o momento certo, nós... O Prefeito entendeu sancionar mesmo com observações técnicas das Secretarias no sentido de.... Então, veja, cabe aqui uma discussão muito interessante. Essa agenda verde da cidade é tão intensa e aí eu me pergunto: por que que só a cidade fez um mapeamento da vegetação, ficou...o último mapeamento de vegetação da cidade de 1988. 1988 é a informação que a cidade tem da vegetação da cidade. Faz trinta, trinta e dois anos quase, a cidade não tem informação. Por que que não tem um Plano Municipal de Arborização? Por que que a lei está desse jeito? A discussão ela é sempre muito superficial nessa agenda; e aí, Sonia, essa sua observação ela foi muito oportuna para o momento. Acho que até eu agradeço - ninguém tinha falado nisso -, mas agradeço a oportunidade para colocar isso em debate, sim, e o debate vai na Câmara, não vai aqui na Secretarial não. O Prefeito vai colocar uma lei a respeito desse tema, não só na questão da poda, mas de tudo, inclusive no mesmo sentido do PLANPAVEL, no mesmo sentido do Plano Municipal de Arborização, que provoca, enfim, toda uma discussão e o debate está na Câmara, vai ser na Câmara. Então, acho que é esse o encaminhamento e a contribuição técnica da Secretaria e dos técnicos da Subprefeituras, enfim, que são hoje os detentores das maiores informações nesse sentido - Desenvolvimento Urbano também - foram ouvidos e discutidos para essa proposta que o Executivo vai fazer para a Câmara Municipal. Que aí é muito mais amplo com relação à questão do verde, não só na questão de manejo de árvores, mas como um todo. Uma agenda voltada à questão verde da cidade, que a gente já percebeu que é uma agenda que precisa ser encarada e precisa ser trabalhada, até porque causa conflitos. Outro dia, a gente fez um exercício. Muita gente, ninguém imagina quanto a cidade gasta com o verde. O recurso público está na Sub, está na Verde, está não sei o quê. A cidade gasta por volta de meio bilhão por ano na agenda de verde. Manejo de árvore, manutenção de parque, meio



bilhão de reais. Pode parecer pouco, é; mas de resíduo a gente gasta dois bi e meio. Para que a gente que trabalha com agenda de sustentabilidade é uma loucura. Você fala assim: “junta dois e meio aqui, mais meio aqui, mas não sei o quê aqui de drenagem e saneamento”, ou seja, a cidade tem um esforço de orçamento muito forte nesse sentido, nessa agenda. E às vezes os resultados não são adequados por problemas de gestão; e o problema de gestão esbarra muito na regulação da cidade e nessa agenda de verde a regulação da cidade ela não está adequada para o nosso momento. Então, é isso que eu queria esclarecer; se tiver alguma pergunta...

**Cons. Sonia Hamburger** - Eu queria manter a solicitação de que a lei fosse apresentada aqui porque eu acho que nós somos o Conselho de Meio Ambiente da cidade e eu continuo achando que esse de tipo encaminhamento, mesmo que tenha sido feito pela Câmara, mas passa pelo sancionamento do Executivo, que deveria passar pelo Conselho de Meio Ambiente, porque é uma lei que vai se refletir em todos os Planos e as atividades da cidade, então acho que deveria passar pelo CADES e também, então, se existe essa agenda proposta pelo Prefeito, uma agenda verde, eu proponho também que seja apresentada essa agenda aqui no Conselho.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Ela já está colocada para vocês: Plano Municipal de Arborização, PLANPAVEL. A turma toda está trabalhando, chamando vocês. Todos participam desta agenda verde, da construção verde, que aliás no início do ano passado nós apresentamos o PLANPAVEL, o Plano Municipal de Arborização. Está colocado já e os Conselheiros de uma forma ou de outra estão participando.

**Cons. Sonia Hamburger** - Mas você falou que o Prefeito vai fazer uma proposição na Câmara de um...

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Mas isso não é no sentido do Plano. Estou falando de regulação. Regulação é alguma coisa diferente do Plano.

**Cons. Sonia Hamburger** - Por isso que eu estou pedindo que esse projeto de regulação seja apresentado aqui para o Conselho.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Já está. Este encaminhamento.... Imagina se toda a lei que vai ser discutida na Câmara, todas as leis - do Verde, dos resíduos, de não sei o quê e tal. Um Vereador faz uma manifestação, vem para todas as Secretarias envolvidas - Verde, Saneamento, Desenvolvimento Urbano, todo mundo dá uma opinião. Imagina se a gente tem que responder esses questionamentos do Legislativo, a gente tem que passar na Câmara. Isso é dinâmica, tem uma dinâmica, tem prazo. Não é tão simples assim. Vamos ter alguns assuntos, mas é toda hora. Tem um Vereador que inventa lá, ou sei lá, faz um negócio, cai na Secretaria, veto, é

não sei o que, tem que construir, passa em vários Departamentos - Rosélia, o pessoal da arborização, enfim, a equipe técnica da Secretaria sabe muito bem qual é o encaminhamento que é feito. Então assim: se houver algumas demandas específicas, estamos aqui para discutir, não há nenhum problema, mas criar isso como norma... é diferente, por exemplo, de licenciamento. Isso é uma atribuição da Secretaria de licenciar. Então, ela cabe, sim, a resposta de vetar ou sancionar é uma atribuição do Prefeito. Eu posso vetar e ele sancionar. O que que eu vou falar? Vai perguntar para o Prefeito. Vai na Câmara e vamos brigar com os Vereadores que votaram.

**Cons. Sonia Hamburger** - Eu continuo achando que o Conselho deveria ter ciência.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - A Secretaria tem ciência. Eu relatei aqui. Imagina, eu vou ter que trazer todas as leis que entram na Secretaria para vocês. Não, tudo bem. Eu acho interessante, mas qual, de fato, o que que a gente vai resultar nisso?

**Cons. Célia Marcondes** - Bem, Secretário...Célia Marcondes, da ECÓLEO. Esse parecer da Secretaria que foi enviado ao Prefeito pedindo veto, nós poderíamos ter acesso a ele? Isso está na mão do Prefeito. É veto de um, sanciona de outro.

**Cons. Célia Marcondes** - Nós não temos cópia aqui desse ofício encaminhado?

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Não, isso está na Casa Civil.

**Cons. Célia Marcondes** - Porque é sempre possível tomar uma medida quando há uma ilegalidade, uma irregularidade. A inconstitucionalidade da lei pode ser por nós providenciada. Isso eu não tenho dúvida.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Tem o Ministério Público para isso. Está lá os canais democráticos estão colocados.

**Cons. Célia Marcondes** - E realmente o Senhor tem razão. Impossível que todos os projetos ambientais passem por aqui. Agora, nós estamos aqui para tomar medida caso haja uma ilegalidade. Estamos em pé. Outra coisa: eu pedi para participar dessa Comissão de Arborização e nunca recebi notícia de quando tem reunião, se tem reunião, quando é. Eu quero participar, quero muito. Uma terceira coisa: eu tenho um projeto de plantio Brigadeiro Luiz Antônio. Preciso plantar lá 200 árvores, porque serão agora 200 anos do Brigadeiro Luís Antônio e a gente quer comemorar com plantio de árvores para ele. Peço para o Senhor, como fazemos uma parceria, a Associação de Moradores e a Secretaria, nós pagamos o plantio e os Senhores dão as árvores e a gente faz um belíssimo trabalho e dá um exemplo para a cidade. Isso é ação que a gente pode fazer junto, simples, fácil, factível, para já. Obrigada.

**Cons. José Ramos** - José Ramos, APGAM. A nossa instituição ela é ligada justamente à Academia e os profissionais de gestão ambiental e houve de fato a provocação muito forte entre os acadêmicos e profissionais por conta da lei que foi intitulada. Mas também houve essa grita entre nós lá e as conversas e aí eu venho na fala da Célia que, em novembro, nós tivemos uma reunião do CADES lá na UMAPAZ e se apresentaram lá uma Comissão e assim automaticamente nos inscrevemos e essa Comissão até o presente momento não se manifestou a nossa participação. E foi interessante porque foi essa a resposta que eu dei a todos. A lei ela pode ser sancionada, mas também pode ser derrubada, mas qual é o grande o grande instrumento, que é o Plano Municipal de Arborização. Que aí, sim, aí entra todos os aspectos técnicos, atualiza tudo. De fato, tem situações em risco, nossa região de fato é a pior região arborizada da cidade de São Paulo, embora sendo Zona Norte, a gente está lá no pé da Serra da Cantareira, mas lá é um maciço. Toda a nossa região, todo o vale não tem arborização alguma, é 0,003% e a gente está nessa grita. Aí o Programa de Serviço Ambiental é bem interessante e essa, eu também eu vou na fala da própria Célia, que a gente ficou aguardando e assim nós estamos falando para todos. Olha, essa lei foi instituída, é bem legal, porque provoca mesmo a discussão e é importante para a cidade, importante para a gente, mas vai estar acontecendo o Plano Municipal de Arborização Urbana, então, a gente aguardando justamente para poder providenciar. Foi em cima disso que também aconteceu na...

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Eu só queria lembrar, o Senhor destacou o Plano Municipal, ele é meta da Secretaria do Verde e essa meta está estabelecida para ser entregue em junho de 2020. Nós estamos em curso na construção desse Plano Municipal de Arborização, que eu acho que todo mundo lembra. Foi apresentada pela Priscila, que é a nossa Diretora do Departamento de Arborização, que apresentou toda a estratégia da construção do Plano Municipal. Eu gostaria muito que os Senhores ficassem atentos e nos cobrando em cima daquilo que nós temos que fazer, das nossas obrigações. Essa meta do Plano Municipal de Arborização Urbana, do PLANPAVEL, das áreas e espaços livres, do Pagamento por Serviços Ambientais, do Plano de Mudanças Climáticas, essas são tarefas que estão colocadas para a Secretaria. A Secretaria está trabalhando, fazendo interlocução com todas as Secretarias nesse sentido. Então, eu gostaria muito da colaboração dos Senhores nessa contribuição. Quando eu ouço que a nossa equipe não convidou vocês, você se manifestou e não está presente, eu vou falar com a Priscila "escuta, tem a equipe da ECÓLEO quer participar, por que que não chamou"? A gente precisa ter esse feedback porque são falhas e as falhas existem, a gente precisa corrigir. Essa sua manifestação, vamos plantar? Vamos plantar. Ninguém está impedindo, pelo contrário. A gente tem ajudado muito e reforçado esse esforço de plantio. Nós estamos nesse sentido e eu gostaria que vocês tivessem nos ajudando de verdade. Não é só aqui burocraticamente sentando. De uma forma ou de outra, a comunicação, o Coordenador, levar as informações, passar as informações. Enfim, eu acho que

existe uma dinâmica muito transparente da gestão da Prefeitura hoje, principalmente na agenda verde, está muito claro quais são as coisas que nós estamos desenvolvendo. Então, às vezes parece que nós estamos num mundo, fazendo uma coisa não no mesmo sentido. Eu espero que a gente como primeira reunião - e é sempre bom, porque passou o Natal, o Ano Novo, esquecemos... teve tanto problema em janeiro, né? Então tentar dar uma alinhada com toda a equipe. Eu espero que o CADES seja mais um espaço em que contribua com a gente, mesmo divergindo, o que é natural. Aqui não há necessidade de unanimidade, mas a convergência é sempre importante e nesse sentido nós estamos sempre dispostos a debater e deixar muito claro quais são os encaminhamentos que a Prefeitura vem dando nessa agenda.

**Cons. Cristina Palmieri** - Cris Palmieri, da UGT. Como foi colocado no início da sugestão de pauta para a gente conversar, existe um ponto direta ou indiretamente relacionado, que é o ODS e sobre isso retomar os CADINHOS, para fortalecimento e reativação de alguns CADINHOS que não estão atuando. Mas que como a gente, como na minha instituição nós trabalhamos em rede com várias outras instituições ao longo da cidade de São Paulo e existe essa solicitação de muitas instituições, que vão procurar até as Subprefeituras também. E a gente tem feito uma série de atividades e ações e com essa retomada de participação dos CADINHOS, essa representação nem que seja regional de reativá-los e trazer a representação para cá, continua. Já há algum tempo que eu venho colocando isso. E a outra é envolver esses CADINHOS em relação às questões dos ODS, que a gente vem à longa data já trabalhando e vocês fazem, praticam, só que precisa cruzar em relação a quê? Há uma oportunidade de participação dos membros do CADES, das Secretarias e dos CADINHOS nos mutirões de bairro e de cidadania. Nós estamos participando. A UGT participa como um movimento nacional - aqui a ODS que está aqui presente - representando várias outras instituições e é sempre muito propositivo, construtiva essa participação, porque levar o que está acontecendo, trazer a demanda para cá e no território, que é importante. Então, ampliar, porque vocês estão fazendo, então essa conversa também que nós tivemos o ano passado na Secretaria de tentar retomar essa conversa da participação de outras instituições ou através de uma que organize vários movimentos para participar dos mutirões, porque é muito interessante. Cada um que você vai em cada região.... Quando eu fui na Cidade Tiradentes, agora em Parelheiros, o primeiro deste ano. Teve Guaianazes, que foram outras pessoas. Nossa, a repercussão... é ali que você conhece. Isso é uma oportunidade, não quer dizer que essa agenda verde ela precisa ser disseminada e ela incorpora todas as Secretarias. É a visão sistêmica de todo um processo e isso a gente vê com o entendimento que aqui é um ponto de convergência, como tem outros. É o Poder Público com a sociedade e ali a gente divulga, dissemina as boas práticas. A gente coloca também assuntos que parece um problema enorme, que numa conversa, todo mundo ali presente você consegue dar encaminhamento, que é difícil a sociedade, como está fora do dia a dia da Prefeitura,

né? Então, vejo isso como uma ferramenta, uma oportunidade, um caminho, seja o que for, mas são políticas públicas que são dali e acabam se desenrolando e atendendo aquele território. Achei muito interessante isso. E gostaria de colocar também a questão de que o que foi apresentado aqui a gente disseminasse, porque se eu represento eu repasso. O que foi colocado como apresentação de também ter essa autonomia, essa autorização de repassar e que vocês também nos enviem. E aproveitando a oportunidade, que eu não tinha colocado, da agenda e o calendário que está sendo proposto de também ter esse olhar, para a gente poder conhecer. Não é um ou outro Conselheiro, mas todos os Conselheiros para a gente poder participar com maior, vamos dizer, não é maior, mas com efetividade, porque aí eu vou ter resultado. E, por último ponto, pedir para vocês a autorização de em relação a reativação do CADINHO, de uma representante de uma região que é a quem a gente dá retorno, de falar do interesse dela na reativação daquele CADES, que ela solicitou. Então se vocês me permitem uma fala breve de menos um minuto, pode ser? Obrigada, por favor Fátima, se quiser complementar...

**Fátima** - Boa tarde, pessoal, meu nome é Fátima, eu faço parte dos ODS do Estado de São Paulo junto com a Cris e com a Nina. Eu faço parte da Subprefeitura da Sé - eu moro na Bela Vista - e eu vejo que uma grande necessidade da região com moradores de rua, lixo na rua, a parte de urbanização, que precisa ser vista.... É uma zona quente, uma região quente. Então, como é que está o CADES de Sé? Como que a gente faz para ativar e funcionar o CADES da Sé hoje? Eu não tenho ideia.

**Cons. Célia Marcondes** - Olá, Célia Marcondes. A Fátima não é a primeira pessoa que fala esse assunto, Fátima. Várias pessoas vieram procurar que a Sub-Sé ou a Sé evita a formação do CADES Regional. Eu não conheço os assuntos, eu não sei o que é, mas não é a primeira pessoa, é a terceira ou quarta que diz isso. Eu acho que nós podemos formalizar isso. Nós queremos um CADES Regional, é indispensável. Ponto.

**Jonathan (SVMA)** - O meu nome é Jonathan, trabalho no CGC com os ODS e com os CADES Regionais também. Falando um pouco sobre a questão de trazer os CADES Regionais, incentivar a atuação deles na região, no ano passado a gente já vinha fazendo isso com os encontros, trazendo os CADES Regionais para conversar. Teve um encontro da Macro Sul, depois houve os fóruns aqui na Secretaria do Verde com a participação dos Conselheiros de diferentes CADES das diferentes macrorregiões da cidade e para este ano a gente já está planejando seminários e encontros formativos para falar sobre mudanças climáticas, o Plano de Mudanças Climáticas, para falar também sobre a Agenda 2030 e um plano de territorialização da Agenda 2030 partindo dos CADES Regionais. Então, tudo isso já está sendo formulado. Provavelmente, neste primeiro semestre já, já vai acontecer esses encontros nas diferentes regiões da cidade com os diferentes

CADES Regionais que estão ativos e para este ano tem dezoito processos eleitorais previstos de CADES Regionais, distribuídos entre o primeiro e segundo semestre, só que a questão da eleição nos CADES Regionais não depende só da Secretaria do Verde. Ela depende muito do Subprefeito de cada Subprefeitura. A gente faz essa tratativa com ele, conversa que tem que criar a Comissão Eleitoral, que precisa da participação de funcionários da Subprefeitura. Sempre que há uma dificuldade por parte da Subprefeitura a gente não consegue dar andamento ao processo. Sobre o CADES Sé, desde o meio do ano passado a gente já está tentando fazer isso. Estamos em conversa com a Subprefeitura da Sé e este ano a Comissão Eleitoral já foi formada. As tratativas para publicação do edital de seleção também já estão encaminhadas e aí é um processo que depende agora de ações do Subprefeito da Sé, então a gente foi a nossa parte, a gente já tomou as ações cabíveis, entramos em contato, formamos a Comissão e agora a gente está esperando a resposta deles.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - A resposta é péssima. Pensei que você ia me dizer assim "março, abril, nós vamos fazer o CADES, vai ter eleição e tal". Isso é um é um problema de todos, do Sub e nosso. Eu quero depois a gente conversar, que aliás o Subprefeito da Sé é um baita Subprefeito na agenda de sustentabilidade. Então, não vejo dificuldade em relação a isso. Vamos fazer um esforço. Eu particularmente me comprometo a falar com o Beto sobre isso, sobre a questão do CADES. É uma incoerência. Para a gente fazer a eleição da Augusta, fez milhões de gente aqui para fazer parte do Augusta. Augusta onde é? É na Sé. O interesse para um assunto tem e para outro não tem? Quando vai fazer resíduo sólido consegue juntar o pessoal da 25 e fazer.... Que que é isso? Então, o CADES, essa coisa da formalização ela às vezes... as pessoas também se confundem um pouco. É, eu sou do CADES... e não é isso. A ideia é que a gente tenha um Conselho que realmente ajude a gestão a fazer isso, como é o mesmo caso que a gente tem um CADES. Eu espero que o CADES aqui seja nossos Conselheiros para ajudar a gente fazer as coisas na cidade. Não é apontando "olha, isso aqui precisa ser feito, isso aqui não sei o que, tal".... A gente vai fazendo, vai calibrando a nossa ação. Eu tenho certeza, e o Prefeito da Sé tem uma visão nesse sentido em todas as agendas: resíduos, arborização. Ele tem uma proposta bem interessante. Então, acho que o CADES pode de fato ajudar a fomentar ou inclusive o trabalho, multiplicar o trabalho que ele desenvolve. Fica aqui o compromisso de a gente na próxima reunião trazer uma resposta específica da Sé.

**Cons. José Ramos** - José Ramos, APGAM. Na verdade, eu nasci no CADES Regional, então eu sou formado, pós-graduado e sou doutorado em CADES Regionais. São oito anos, Agenda 21, todas as propostas a gente observam, mas o que ao longo desse período de oito anos e agora dez aqui no Municipal o que eu observo fortemente é que o Subprefeito na verdade são lideranças

políticas. Eles quase que praticamente eles não têm um entendimento técnico da função institucional do CADES. O que é importante seria quando esse Subprefeito assume uma área, ele tivesse que vir aqui na Secretaria e entender o que que é o CADES. O CADES não é um espaço de elementos políticos, de todas essas coisas, até porque todos são eleitos ali. Eu posso dar exemplos aqui que vocês vão ficar meio atônito, mas na verdade é isso. O CADES, os Subprefeitos quando assumem, eles tinham que fazer aqui, ficar um dia aqui e entender todo o processo, participar da reunião aqui do CADES. Seria de fundamental importância. Aí sim, ele teria a valorização institucional desse Conselho Regional de tanta importância e sem dúvida ficaria muito mais fácil as decisões dele fora do conceito político de voto e de Conselho Partidário e essas coisas todas que acontecem nas nossas regiões.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Mais 10 minutos para terminar.

**Cons. Ivo Valencio** - Ivo, Parque Savoy City.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Eu vou deixar a Gabriela por último.

**Cons. Ivo Valencio** - Me chamou a atenção falar em CADES, porque eu tive a sorte de iniciar esse processo junto com pessoas da Secretaria na cidade de São Paulo e foi bastante gratificante, porém vem o meu lamento. Ontem nós tivemos a inauguração do Parque Natural Municipal da Fazenda do Carmo. Tínhamos um Prefeito lá, que era de São Mateus. Não tinha ninguém de CADES, nenhum, que a região Leste nós temos Guaianazes, nós temos... São 11 Subprefeituras. Quer dizer, se quer uma lição de cidadania na área da questão ambiental seria a presença dos Prefeitos, a presença dos CADES Regionais para a gente poder disseminar. Eu fiz uma crítica que - desculpe, eu vou ter que engolir esse sapo - porque eu falei "caramba, está faltando aqui... O Prefeito Bruno ele era Secretário de Estado de Meio Ambiente. Está faltando o nosso Secretário. A menina foi muito bem lá representando. Eu falei "por quê"? Porque seria uma maneira de a Globo estar aqui. Quando cheguei em casa, passou na Globo. Olha que interessante. Não passou imagens, mas passou a notícia. Imagina se o Bruno Covas estivesse lá. Eu recebi a nossa Prefeita de Itaquera, a Sílvia: "Seu Ivo, eu estou com dificuldade com o CADES aqui", porque eu estive quatro anos lá e a gente sempre tentou levar lideranças, pessoas para o Conselho. Eu vou tentar, agora que eu estou retornando, tentar fazer esse esforço, porém, falando sobre o nosso CADES aqui. Eu me considero abençoado. Parque Nair Bello. Desarquivei, saiu...

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - E eu fui lá.

**Cons. Ivo Valencio** - Se eu tivesse morrido, como estava previsto, teria o meu nome. De verdade, eu estive desengano, mas todas as informações quando eu voltei sobre o Nair Bello me

chegavam, quer dizer, foi um esforço de alguns anos que a Secretaria... muita gente aqui me apoiou para que pudesse sair, acontecer, porque eu costumo dizer que a ação, para a população não é uma ação política. Eu cheguei a levar lá o Haddad. Eu cheguei... o nosso Governador foi lá, passou por lá. Nós fizemos um grupo para sensibilizar pela necessidade desse parque. Hoje está sendo concluída a primeira etapa, agora o mês que vem. Olha que delícia. O papel do Conselheiro, na realidade, é esse. Não é dizer "eu sou Conselheiro". É fazer gestão de ações, contribuição para o desenvolvimento da nossa cidade, que é o papel essencial. Agora, na Regional, eu vejo muita gente entrando para dar carteirada. "Ah, eu sou do CADES". Nem sabe o que é! Desculpa, eu vejo muito isso. É questão política também. Eu vou arrumar um Vereador de padrinho porque eu sou do Conselho. Ó que bobagem. A cidade merece bem mais do que isso. Obrigado. *(Palmas)*

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Obrigado, Seu Ivo. Aliás, será exatamente fazer essa vistoria técnica com a Coordenadora e a equipe de obras, com a empresa que faz e inclusive nós, no local, discutimos algumas ações complementares inclusive naquele sentido, inclusive envolvendo a Subprefeitura de Itaquera que vai precisar nos ajudar ou potencializar aquilo que está sendo feito lá no Nair Bello.

**Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh** - Gabriela, Secretaria de Governo. Eu queria fazer um convite para vocês, na verdade. A gente está passando por um processo de audiências públicas para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras. Não sei se todos estão sabendo. As audiências começaram na segunda-feira e vão até o dia 18 de fevereiro. A gente está passando por audiências públicas em todas as trinta e duas Subprefeituras. Eu me lembrei disso porque o Jonathan falou da participação dos CADES Regionais, em pensar Planos de Ação, questões de territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os Planos de Ação das Subprefeituras a gente está pensando eles vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A gente está elaborando esses Planos agora com a validade só de 2020 porque eles estão sendo elaborados fora do prazo previsto, mas eles são uma parte do desdobramento do planejamento territorial. Eles são o desdobramento do Plano Diretor e culmina nos Planos de Ação das Subprefeituras, que a gente está pensando com vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Na segunda-feira, eu estive em audiência pública em Perus e eles trataram justamente desse projeto que a gente estava discutindo aqui. Eu sei que é muito difícil estar em todos os lugares, mas os temas estão muito inter-relacionados, então fica um convite. Vou reforçar o convite com o Jonathan para ele encaminhar para os CADES Regionais para que eles participem das audiências públicas que estão acontecendo na sua Subprefeituras. Além disso, em abril, a gente começa o processo de audiências públicas da Lei Orçamentária Anual. Então, é superimportante o envolvimento dos CADES Regionais também nessas audiências públicas, porque no fim das contas nenhuma ação é realizada



sem essa previsão orçamentária, então é superimportante a participação de vocês também. Era isso, obrigada. Posso, posso mandar. (*Voz ao fundo*). Está no site da Prefeitura, mas eu posso mandar, sim. Claro, exato, sem dúvida.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Só para encaminhamento, nós temos aqui nas falas agora a Jaciara, a Rosélia, alguém mais pediu? É isso. Nós vamos fechar na fala da Jaciara e da Rosélia. Você quer fazer fala? Então fecha na sua. Fechamos na Sonia Hamburger no final.

**Cons. Jaciara Schaffer** - Jaciara, Zona Sul 2. Eu queria colocar duas questionamentos, não questionamentos, só uma orientação. Da fala da Sonia, eu queria colocar que sobre a arborização está tendo um questionário do Plano Municipal de Arborização. E isso é de fato importantíssimo como Conselheiro do CADES a gente divulgar isso. Quando a gente... o CADES da região de Santo Amaro eles estavam com o mesmo questionamento da Sonia sobre a questão do município ter autonomia sobre as podas, mas a gente chegou num consenso que a gente deveria primeiro ter uma ação de responder à pesquisa para que todos os municípios pudessem responder esse questionário, porque através da estatística é que a gente vai ter um bom planejamento arbóreo para a cidade de São Paulo. Acho que a nossa ação como Conselheiros é divulgar esse questionário o mais rápido possível, para que assim a gente saiba como a população está pensando. Sobre a questão, quando a gente lida com a questão de falar dos CADINHOS, acho que a gente pode até trabalhar a questão da palavra de Sub-CADES, porque os CADES do qual eu sou voluntária em Santo Amaro, a gente tem uma ligação muito importante na região e tudo o que é falado aqui no CADES central, eu tento como voluntária trazer essa ação de ser multiplicadora. E todas as Associações dos Bairros do qual eu até represento - estou como voluntária do meio ambiente -, eu divulgo tanto a ação da Prefeitura quanto da sociedade, quanto novo parque, nova praça, então eu acho que a nossa ação é muito mais importante de a gente estar articulando com essas pessoas, para que a gente possa ter, de fato, uma nova cidade, uma cidade inteligente e sustentável. Era isso o que eu queria colocar.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Deixa eu só aproveitar o seu lembrete e eu queria aqui destacar essa informação. Essa pesquisa foi lançada.... Hoje é dia 5. Segunda-feira foi lançada essa pesquisa. A demanda de pessoas, independente de Conselho, foi surpreendente. Praticamente em 24 horas quase 1.500 pessoas entraram para responder. Quanto mais informação, quanto mais manifestação nesse sentido, nos dá subsídio para construir inclusive essa proposta técnica que todos já estão discutindo há praticamente seis meses, vai calibrando a linha com relação à questão do Plano Municipal de Arborização. Então, por favor, o seu lembrete foi muito importante e eu gostaria que os Senhores nos seus devidos territórios ajudassem a gente a atender essa resposta dos questionários em relação a isso.

**Cons. Rosélia Ikeda** - Eu na verdade quero fazer só um informe e também pedir para incluir esse assunto em alguma próxima reunião do CADES. Foi publicado no site da Secretaria esta semana uma publicação chamada Índice BIOSAMPA, que é o índice da biodiversidade da cidade de São Paulo de 2019. Foi um trabalho feito aqui, coordenado pela CPA juntando todas as ações que a cidade faz em relação à conservação, à proteção da biodiversidade. Ele já está lá publicado e ele é um índice que no Brasil ele é baseado no índice chamado Cingapura e é um índice utilizado pela ONU para medir a questão da biodiversidade das cidades, para comparar uma cidade com a outra e no Brasil quem tem já é Curitiba e agora São Paulo fez o seu índice. Então, está ali disponível como uma publicação da Secretaria do Verde no site da Prefeitura. É só isso, obrigada.

**Cons. Sonia Hamburger** – Eu, na verdade, queria só perguntar se a próxima reunião é dia 12 ou é na terceira quarta-feira.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Foi bem sugestivo, porque eu ia falar isso aqui agora. Como nós tivemos a reunião ordinária hoje, nós queríamos propor para os Conselheiros para a gente só ter agora no próximo mês, que seria no dia 18 de março. Sim, mas a gente acabou adiantando alguns assuntos para essa reunião. Nós queríamos fazer essa proposição para vocês.

**Cons. Sonia Hamburger** - Vai cancelar a ordinária de fevereiro, é isso?

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Sim.

**Cons. Sonia Hamburger** - Mas eu não entendi. Você vai transformar essa em ordinária?

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Há uma proposta, tendo em vista que hoje é dia 5, praticamente semana que vem a reunião do CADES chamar todo mundo. A proposta, em função dessa extraordinária, a gente ia colocar um pouco os temas para a próxima reunião de março. Agora, se o Conselho entender, todos os Conselheiros - a maioria - entender que façamos a reunião em fevereiro, a ordinária, não há nenhum problema. Está colocada a discussão. Existe uma proposta que o Coordenador apresenta. Se vocês acharem "não, vamos fazer", está bom (*vozes ao fundo*).

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Essa é extraordinária. O que a gente queria ver com vocês é: vocês querem que mantenha a próxima reunião ou se a gente coloca a próxima reunião para 18 de março. Nós adiantamos a pauta para essa reunião. Então, os Conselheiros que aprovam 18 de março, permaneçam como estão. 18 de março a nossa próxima reunião, então. Então, passamos para o sexto e último ponto de Ordem do dia. (*vozes ao fundo*) 18 de março. Para sugestões para as próximas pautas, pedimos que possam ser enviadas para a Câmara Especial de

Pautas no e-mail [caedes@prefeitura.sp.gov.br](mailto:caedes@prefeitura.sp.gov.br) e passo a palavra para o nosso Presidente para encerramento.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Primeiro, obrigado. Foi uma primeira reunião boa, os assuntos interessantes, lembrando que ela foi extraordinária por conta da necessidade principalmente do FEMA para começar a gastar o dinheiro de forma formal. Se a gente não consegue passar o FEMA por aqui, a gente não consegue liberar o orçamento. Então, por essa razão é que a gente trouxe um pouco mais para tentar executar o orçamento e aí eu queria agradecer a vocês e deixar.... Ah está, está bom. Eu pensei que você ia falar na última vez, mas você... (*voz ao fundo.*) Você quer que eu fale, eu falo. São coisas surpresas e surpresas sempre tem que deixar para hora certa, né? Mas de qualquer forma, na Mesa hoje se falou muito em ODS e isso a Prefeitura de São Paulo sabe da sua responsabilidade, do seu compromisso com relação à questão das ODS, das metas, programas e tal. O Prefeito designou a Secretaria de Governo para montar uma Comissão Municipal, conforme a lei, a Comissão Municipal de ODS, que está sendo instalada. Nós estamos na fase de eleição e o prazo é... Então fala os prazos.

**Djonathan Gomes Ribeiro (SVMA)** - As inscrições vão até dia 7 de fevereiro, sexta agora, e a posse está prevista para o dia 12 de março, a posse dos membros eleitos. O processo é dividido em duas partes. A primeira é a habilitação dos candidatos e aí depois tem uma eleição, onde os candidatos habilitados a votar votarão entre si para ver quem vai ocupar a cadeira de titular e de suplência na Comissão. São dezesseis vagas, sendo que oito são para titulares e oito para suplentes.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Isso está no site da Secretaria.

**Cons. Sonia Hamburger** - A gente fez a inscrição no primeiro prazo.

**Djonathan Gomes Ribeiro (SVMA)** - As inscrições feitas no primeiro prazo continuam valendo normalmente. Apenas se vocês quiserem revisar a documentação, ver se tem alguma coisa faltando e quiser enviar de novo a gente aceita também. *Todas* essas informações...

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** – Então, nós vamos ter uma festa dia 12. É isso, Gabriel? Então, está bom. Obrigado. Vai ser antes do CADES, inclusive. Então está bom. Espero que eu encontre muita gente que está aqui no CADES lá na Comissão, que acho que é o espaço ideal para a gente falar das ações da cidade como um todo, das ações de todas as Secretarias, o que a Prefeitura está investindo. Eu acho que é um espaço muito interessante e importante que os Senhores conheçam como é que a cidade de São Paulo está trabalhando. Obrigado.

## **Luiz Ricardo Viegas de Carvalho**

Secretário Adjunto da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável- CADES

### CONSELHEIROS (AS). PRESENTES:

ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI	JULIO CÉSAR ANGELO MARTINELLI
ANDREA FRANKLIN SILVA VIEIRA	MEIRE APARECIDA FONSECA DE ABREU
CÉLIA MARCONDES SMITH	MONICA MASUMI HOSAKA
CLODOALDO GOMES DE ALENCAR JUNIOR	RICARDO DA SILVA BERNABÉ
DELAINE GUIMARÃES ROMANO	ROSA RAMOS
DÍLSON FERREIRA	ROSÉLIA MIKIE IKEDA
FATIMA CRISTINA FARIA PALMIERI	SABRINA RIBEIRO CARVALHO
GABRIELA PINHEIRO LIMA CHABBOUH	SONIA IMPÉRIO HAMBURGER
IVO CARLOS VALENCIO	TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA
JACIARA SCHAFFER ROCHA	WALTER PIRES
JOSÉ RAMOS DE CARVALHO	WILLIAN ARAÚJO AGRA
JULIANO RIBEIRO FORMIGONI	

Conselheiros (as) suplentes presentes:

...

Conselheiros com justificativa de ausência:

ANGELO IERVOLINO / CLAUDIA VACILIAN MENDES CAHALI / DAVI DE SOUZA LIMA /  
DEBORAH MARIA MONNERAT / GEORGE DOI / JANAINA SOARES SANTOS DECARLI /  
MAGALI ANTONIA BATISTA / MARIA CRISTINA POLETTA / PEDRO LUIZ DE CASTRO  
ALGODOAL / RENATE SCHMITT NOGUEIRA / VITOR TORCINELLI RODRIGUES / VIVIAN  
MARRANI DE AZEVEDO MARQUES

Secretária Executiva: Cláudia Maria César  
Coordenador Geral: Devair Paulo de Andrade